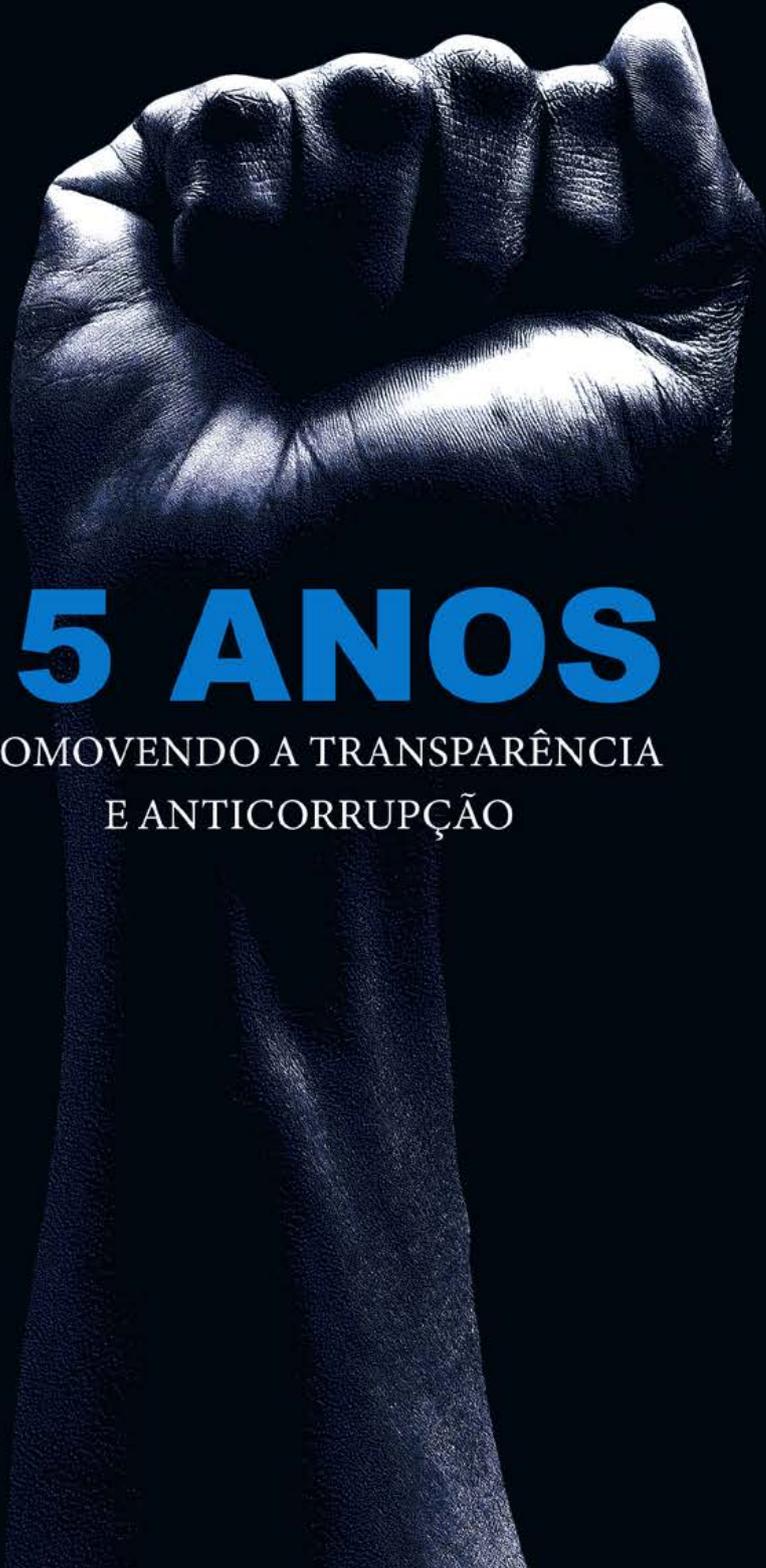




CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade



15 ANOS

PROMOVENDO A TRANSPARÊNCIA
E ANTICORRUPÇÃO

FICHA TÉCNICA

Título: 15 anos Promovendo a Transparência e Anticorrupção

Director: Edson Cortez

Editor executivo: Guilherme Mussane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Design e layout: Henrique Machava

Revisão: Samuel Monjane

Fotografia: Francisco Simbine

Maputo, Novembro de 2020

©Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro, n.º 124
Caixa Postal: 3266 - Maputo - Moçambique
Tel: +258 21 492340, Cel: +258 823 016391
Fax: 258 21 492340 - email: cip@cipmoz.org
Website: www.cipmoz.org

ÍNDICE

Acrónimos e Siglas.....	5
Prólogo.....	7
Sumário Executivo.....	9
COLABORADORES	
A nossa metodologia de trabalho é participativa.....	11
O debate sobre a corrupção foi despoletado pelo CIP	12
Aprendi muito durante cinco anos	13
O CIP é uma escola onde se aprende diariamente.....	14
MEMBROS FUNDADORES	
Os ensinamentos de Carlos Cardoso foram cruciais na fundação do CIP.....	15
O diálogo é uma componente importante da democracia	16
O surgimento do CIP ameaçou algumas instituições	17
Almejo um CIP robusto e interventivo.....	18
O Centro de Integridade Pública é uma marca na sociedade civil moçambicana	19
O CIP é incisivo porque expõe os casos e mostra provas	20
A corrupção atingiu níveis alarmantes	21
PARCEIROS	
É altura de o CIP descer para as províncias.....	22
CIP merece reconhecimento internacional.....	23
CONSELHEIRO	
O CIP tem sido fonte de informação credível	24
PERSONALIDADES	
A luta anticorrupção notabiliza o CIP	26
O CIP pauta pela rigorosidade nas análises.....	27
Adorei a impressão das camisetas com a frase “EU NÃO PAGO AS DIVIDAS”	28
Não é a corrupção que impede o desenvolvimento	29
As publicações do CIP fertilizam a qualidade do debate na AR	30
O CIP veio mudar a configuração crítica na arena política	31
O CIP recebe dinheiros de fora para promover desordem	32
As OSC’s tendem a especializar-se na indignação estéril	33
O CIP tem influenciado decisões e processos de governação em Moçambique.....	34
O CIP marcou uma época.....	35

1. FINANÇAS PÚBLICAS	
1.1. O Caso dos Aeroportos de Moçambique, E.P.....	37
1.2. Descentralização Fiscal - O Caso dos Municípios	39
1.3. Parceria com o International Budget Partnership (IBP)	41
2. INDÚSTRIA EXTRACTIVA	
2.1. Publicação de Contratos no Sector Extractivo	42
2.2. Certificação de Custos no Sector Extractivo.....	43
2.3. Melhoria na Disponibilização de Dados no Sector Extractivo	44
3. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	
3.1. Pesquisa e Advocacia para Reforma do Sistema de Desembaraço Aduaneiro: Janela Única Electrónica.....	45
3.2. Investigação e Exposição sobre Importação Ilegal de Viaturas e Fuga ao Fisco.....	46
3.3. Adjudicação de Contratos na EDM, E.P.	47
4. ANTICORRUPÇÃO	
4.1. O caso das Cartas de Condução	48
4.2. Legislação Anticorrupção em Moçambique.....	50
5. ÁREAS TRANSVERSAIS	
5.1 O Caso das Dívidas Ocultas.....	52
6. PROGRAMA DE SAÚDE	
Funcionamento da Logística de Medicamentos	54
7. PROGRAMA DE ELEIÇÕES	
Revogação do Princípio de Impugnação prévia do Contencioso Eleitoral.....	55
8. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	56
9. MONITORIA, AVALIAÇÃO, APRENDIZAGEM E ANGARIAÇÃO DE FUNDOS	59
10. SENSIBILIDADE DO GÉNERO.....	61
11. JORNALISMO INVESTIGATIVO	
Contrabando de Selos de Controlo de Bebidas Alcoólicas.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AR	Assembleia da República
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CMAM	Central de Medicamentos e Artigos Médicos
CRA	Conservatórias de Registo Automóvel
CIP	Centro de Integridade Pública
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
FMI	Fundo Monetário Internacional
GCCC	Gabinete Central de Combate a Corrupção
INATTER	Instituto Nacional dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INAMI	Instituto Nacional de Minas
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
INP	Instituto Nacional de Petróleos
IT	Transparência Internacional
ITIE	Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa
JUE	Janela Única Electrónica
MAM	Mozambique Asset Management
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
PGR	Procuradoria-Geral da República (PGR)
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
UTREL	Unidade Técnica de Reforma Legal (UTREL)
PIB	Produto Interno Bruto
PPPs	Parcerias Público Privadas
PIB	Produto Interno Bruto
PGR	Procuradoria-Geral da República
SGA	Sistema da Gestão Autárquica
PLAC	Pacote Legislativo Anticorrupção
TIMS	Trade Information and Management System
TA	Tribunal Administrativo
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UFICS	Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

PRÓLOGO

Há 15 anos, um grupo de jovens sonhadores decidiu fazer do seu conhecimento um instrumento de promoção de integridade, justiça, transparência e luta anticorrupção. A sua inquebrantável convicção de participar na construção de um País livre e democrático motivou-os a criar o Centro de Integridade Pública (CIP), uma organização da sociedade civil moçambicana.

Moçambique, como País independente, nasceu na noite chuvosa de 25 de Junho de 1975. A sua história, ao longo do tempo, foi caracterizada por guerras que criaram marcas (negativas) inapagáveis na sociedade. O país viveu um longo período de monopartidarismo na esfera política, situação que propiciou todo o tipo de atropelos a preceitos de liberdade e democracia.

Era necessário olhar para os avanços que se verificavam a volta do mundo: o fim do bloco leste, a instauração da democracia como forma mais avançada da organização política dos Estados; o respeito pelas liberdades (de imprensa e de expressão), igualdade de direitos, entre outros, para repensar o País. Aqui esteve um dos fundamentos para a criação do CIP.

Há quem se inquiete e vê o CIP como uma organização obcecada em ver à corrupção em toda a acção governativa. Todavia, é preciso notar que apesar da presença expressiva no quotidiano nacional e da importância social, económica e política do tema, o que se designa como corrupção, em Moçambique, antes do surgimento do CIP, não tinha recebido atenção por parte dos cientistas sociais que produzem acerca do tema no País. A experiência mostrou, que as próprias organizações internacionais que apoiam financeiramente o Governo de Moçambique, tiveram no CIP a sua fonte próxima e confiável, para perceber os meandros da corrupção em Moçambique.

Um diagnóstico rápido da produção em ciências sociais em Moçambique, mostra-nos, imediatamente, que o tema da corrupção não se apresenta como um dos objetos de análise legítimo na hierarquia de questões e problemáticas historicamente privilegiadas por este campo de conhecimento. Hoje, quando se fala ou se debate o fenómeno corrupção em Moçambique, o CIP é um actor incontornável, porque esta organização está no centro deste debate tendo produzido o maior número de pesquisas sobre o fenómeno corrupção, em Moçambique.

Longe de fazer o papel de oposição, como algumas pessoas têm propalado, o CIP, tem se revelado através do seu trabalho de excelência e capacidade para analisar e expor os problemas estruturais que o País apresenta fazendo um trabalho de consultoria grátis ao Governo moçambicano.

Volvidos 15 anos após a sua criação, actores relevantes da economia política do país - tais como a Assembleia da República, ministérios e institutos públicos, sector privado - gradualmente começam a mudar o seu entendimento em relação ao trabalho desta organização e começam a tê-la como um importante parceiro, cujo saber acumulado pode ser usado para influenciar positivamente processos, procedimentos, propostas de leis e até políticas públicas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A brochura alusiva ao 15.º aniversário do Centro de Integridade Pública (CIP) visa marcar e destacar os momentos mais importantes da vida desta organização da sociedade civil moçambicana. Nela, estão expostas as principais realizações das áreas que constituem os seus principais pilares, nomeadamente, “Finanças Públicas”, “Indústria Extractiva”, “Parceria Público-Privadas” e “Anticorrupção” e de igual modo, o destaque daqueles que constituíram momentos ímpares das áreas transversais, nomeadamente: “Programa de saúde”, “Programa de eleições”, “Desenvolvimento institucional”, “Monitoria, Avaliação, Aprendizagem e Angariação de Fundos” e “Jornalismo Investigativo.

Na senda da democraticidade que caracteriza a organização a brochura trás, também, depoimentos de conselheiros, membros fundadores (paralelamente, foram gravadas 5 histórias de vida dos membros fundadores que passarão a fazer parte da página da Internet do CIP) parceiros, colaboradores e diversas personalidades.

Nesta brochura, é possível acompanhar as diversas fases da evolução desta organização, que se tem esforçado em contribuir para a promoção da transparência e no combate a corrupção, em Moçambique. Ela é um breve resumo da história de 15 anos de luta pelo aprofundamento da transparência na governação da coisa pública em Moçambique.

15 ANOS
PROMOVENDO
A TRANSPARÊNCIA
E ANTICORRUPÇÃO

DEPOIMENTOS

A nossa metodologia de trabalho é participativa

- Aida Macuácuca, Gestora, colaboradora do CIP há 8 anos



Aida Macuácuca, é colaboradora do CIP há 8 anos. Possuindo uma vasta experiência de colaboração com organizações internacionais, no CIP trabalha na área da Administração e Finanças, que diz ser de “suporte”. Sobre os objetivos do CIP, afirmou que

a organização pretende satisfazer as necessidades dos seus clientes internos e externos. Segundo Aida, os internos fazem parte da área programática, o coração da instituição, enquanto os externos são os parceiros. **“Nós gerimos os fundos da instituição, seguindo escrupulosamente as normas. Resumindo, a minha tarefa é gerir os fundos e as questões administrativas da instituição. Cumpro as normas e faço-as cumprir. Essas normas são revistas em cada dois anos”**, acrescentou.

Do vasto leque das actividades desenvolvidas pelo CIP, Aida Macuácuca destacou a revisão das normas e procedimentos institucionais que vigoravam naquela instituição quando ela ingressou em 2012. Realçando que **“a nossa metodologia de trabalho é participativa”**, adiantou que foi gratificante ter tido a oportunidade de contribuir com outras normas que não existiam. **“Outra coisa que para mim marca um momento alto é esta situação da pandemia da Covid-19, porque apesar de ser uma fase anormal da nossa vida, o CIP não pára de se reinventar. Com base nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tem estado a envolver individualidades nacionais e estrangeiras em debates, que são muito úteis para a instituição e para o desenvolvimento político, social e económico do País”**.

Entre outras dicas, Aida aconselha aos que queiram trabalhar no CIP a serem aguerridos e identificarem-se com a missão e visão da instituição.

O debate sobre a corrupção foi despoletado pelo CIP

- Baltazar Fael, Jurista, colaborador do CIP há 13 anos



Baltazar Fael, jurista de formação, é actualmente o mais antigo colaborador do CIP. Ingressou na organização em 2007, vindo do Ministério Público onde na altura era procurador. Sobre a sua contribuição no CIP, explicou que **“a ideia era ter alguém que pudesse analisar a corrupção com base na legislação”**, entre outras tarefas. Em relação à problemática da corrupção, Fael disse que na qualidade de interlocutor o CIP esteve sempre na liderança em termos de introdução de reformas. **“O**

objectivo era lutar para conseguir reformas de modo a que tivéssemos um quadro de luta anticorrupção mais robusto, tanto a nível institucional como legal”, declarou salientando que o debate sobre corrupção foi despoletado pelo CIP. **“Despoletámos a necessidade de mudar o quadro legal sobre a corrupção, com base em determinados estudos que fomos fazendo. Concebemos um estudo em 2008 que abarcou todo o quadro legal anticorrupção em Moçambique, e propôs reformas. Na altura, o nosso estudo foi usado pela Unidade Técnica de Reforma Legal (UTREL) no sentido de produzir algumas leis que vieram a constituir o chamado Pacote Anticorrupção”**. Baltazar Fael observa que a Ética Moçambique, já extinta, **“foi a primeira organização moçambicana de luta anticorrupção”**, mas acrescenta que o CIP assumiu protagonismo na área de transparência, integridade e combate a corrupção. Adiantou que a parceria com a Transparência Internacional (IT) contribuiu para que o CIP deixasse de se concentrar apenas na corrupção no sector público, e estendesse a sua investigação sobre a matéria para o sector privado.

Baltazar Fael demonstrou ser conhecedor da instituição em que trabalha, dominando a maioria dos dossiers do CIP. Falando das contribuições da sua organização na vida política de Moçambique, afirmou que **“o CIP encontrou o País numa situação em que a delapidação do erário público era prática corrente. Moçambique estava numa situação de descrédito por causa dos escândalos nas áreas económica e financeira”**. Referiu-se à questão das dívidas ocultas, dizendo que **“vieram mostrar que somos um País em que estas matérias de integridade e transparência, embora sejam conhecidas pelas pessoas, não são seguidas”**.

Aprendi muito durante cinco anos

- Celeste Banze, Economista, colaboradora do CIP há 5 anos



Celeste Banze é economista. Antes de começar a colaborar com o CIP trabalhou no Instituto Nacional de Estatística (INE), Delegação de Tete. Iniciou a sua colaboração na área das Finanças Públicas da instituição no dia 20 de Setembro de 2015. Contou que depois de ter passado nos testes ingressou na organização sem ter noção clara dos desafios que estavam pela frente, mas garante que achou

interessante o trabalho que lá era feito. Descreveu o percurso por que passou, reconhecendo que no início apanhou um choque, porque era muita informação e exigência para quem estava a sair de um ambiente de trabalho no Estado, na província, onde praticamente nada acontecia. Confessou ter aprendido e estar a aprender muito durante os cinco anos em que está no CIP, onde tem a missão de monitorar a gestão das finanças públicas com especial destaque para o rastreio da despesa pública. Disse que no ano seguinte (2016) ao da sua entrada naquela organização rebentou o escândalo da dívida pública. **“Todo este tempo foi falar e escrever sobre estes assuntos”**, afirmou. Referiu-se à descentralização fiscal, análises da conjuntura económica no geral e na política monetária, como sendo outros assuntos por si tratados no CIP.

Banze reconhece o esforço que os seus colegas do pilar em que trabalha têm feito para obter informação sobre o Orçamento do Estado, e a obrigação do respeito aos requisitos de transparência que **“levam o Ministério da Economia e Finanças e o Tribunal Administrativo a cumprir com os prazos para publicar a proposta do orçamento, a Conta Geral do Estado e o Relatório e Parecer da Conta Geral do Estado. Estes são documentos que para nós são fonte primária de informação”**, frisou, mas admitindo haver omissão de certas matérias. **“Há informação que nós não conseguimos facilmente nos documentos orçamentais, porque o próprio documento vem com dados não claros e/ou omitidos e nós somos obrigados a descobrir e consegui-los, usando outras fontes que temos nas diversas instituições”**, acrescentou.

O CIP é uma escola onde se aprende diariamente

- Inocência Mapisse, Economista, colaboradora do CIP há 3 anos



A Indústria Extrativa e Recursos Naturais é uma das áreas mais controversas, devido aos acesos debates que têm surgido em relação à pouca transparência na tomada de medidas (decisões)

que beneficiem as populações que vivem nas áreas de operação dos projectos. Inocência Mapisse, economista, é colaboradora do CIP naquela área e não hesitou em falar da sua experiência. Considerando aquela organização uma escola onde se aprende diariamente, Mapisse afirmou **“que pelo seu nível de exposição o CIP destaca-se como umas das organizações da sociedade civil que mais tem contribuído para promoção da boa governação.** Sobre as actividades que desenvolve na sua área, disse que **“tenho tido a oportunidade de sentar-me na mesma mesa com altos dignitários como o Ministro dos Recursos Minerais e Energia, dirigentes do Instituto Nacional de Petróleos e de Minas, o que é uma grande vantagem em termos de contactos com fontes primárias de informação.** Falou igualmente dos encontros que tem mantido com o Ministro da Economia e Finanças, e das discussões com os assessores dos ministérios sobre uma determinada política que é conduzida sem seguir todos os trâmites que devem ser considerados.

Quanto à obtenção das fontes de informação a nível dos poderes públicos, Inocência Mapisse admitiu que **“não tem sido fácil, sobretudo ao nível do Governo, apesar das melhorias registadas nos últimos três anos.** Destacou a contribuição da Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa (ITIE) para trazer informação ao domínio público. **“Uma das nossas lutas é a advocacia no sentido de ver as comunidades locais a se beneficiarem da exploração dos recursos naturais”,** afirmou.

Os ensinamentos de Carlos Cardoso foram cruciais na fundação do CIP

- Marcelo Mosse, Membro fundador do CIP

Nasceu em Inhambane, numa numerosa família. A sua voracidade de leitor é muito antiga. Ainda menino, no caminho da escola, quando encontrasse um jornal ou revista, lia. Foi assim que se desenvolveu a sua paixão pela leitura. Na vida estudantil, a sua inclinação esteve sempre na área de letras.

Fez o ensino básico no comércio, numa altura em que havia, na Cidade de Inhambane, um movimento literário chamado “Xipheto” e a sua afeição pelas letras impeli-o a participar nesse movimento. Gostava de ler jornais, revistas (tinha uma paixão especialíssima pela “Gazeta de Artes e Letras da Revista “Tempo”) e evoluiu para o romance (Irving Wallace, Hemingway, Stendal entre outros, eram seus autores preferidos) e a rádio.

Nos anos 90 inicia a sua carreira jornalística na Rádio, como repórter desportivo. Quisemos “cavar” a sua relação com o Jornalista Carlos Cardoso e explicounos que **“em 1992, com o advento dos acordos de paz vim à Maputo e conheci o Carlos Cardoso, na altura, editor do MediaFax. Apresentei-me e com a sua aprovação passei a ser correspondente desta publicação electrónica em Inhambane. Sob sua orientação, comecei a ter uma leitura editorial mais critica. Em 1994, depois das primeiras eleições gerais multipartidárias vim me fixar em Maputo. Comecei a ser repórter sediado na capital e aprendi muito com o Cardoso em termos de ética, deontologia, investigação, transparência e isto está directamente ligado a origem do CIP. Os ensinamentos de Carlos Cardoso foram cruciais na fundação do CIP”**

Em termos de ensino superior tinha pensado em se formar em Direito. Entretanto, alguém o “arrastou” para as ciências sociais, uma área para ele desconhecida, na altura. Foi no decurso das aulas na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais da Universidade “Eduardo Mondlane” que apercebeu-se, que estava no caminho certo.

Instamo-lo a falar sobre a origem do CIP e disse-nos **“que não se pode dissociar Carlos Cardoso da formação do CIP, pelo menos em termos de inspiração para que acontecesse. Em 2000 ele é assassinado. Apareceu-me uma oportunidade de ir à Portugal, com uma bolsa da Cooperação Portuguesa. Fui para fazer um mestrado em estudos africanos. Lá, a minha intenção foi aprofundar as temáticas da corrupção numa perspectiva académica e não como jornalista investigativo que já era. Descobri, na minha faculdade, o Luís Sousa, um guru da área, que já tinha lido antes. Tive que ler muitas coisas sobre**



governança, ética, transparência e corrupção da autoria de académicos de todo o mundo. Construí um conhecimento especializado.

Na terra de Luís Vaz de Camões conseguiu reunir conhecimentos sobre Desenvolvimento e Corrupção, áreas que o habilitaram para criar uma organização quando voltou à Pérola do Indico. A sua intenção era voltar e juntar-se à Ética Moçambique. Houve resistência e aquela organização ruiu. Depois decidiu avançar com **“a ideia de criar uma organização da sociedade civil virada a anticorrupção: o Centro de Integridade Pública (CIP). Para ser oficializado, devia ter, no mínimo 10 pessoas. O meu primeiro convidado foi o Adriano Nuvunga, que na altura era colega na UFCS. Cada um de nós ficou com a missão de procurar mais 4 pessoas para completarmos o número e registarmos a instituição. O Adriano teve que sair para o mestrado, na Holanda. Eu tive que começar de zero. Desenhei o plano estratégico e o orçamento. Com a ajuda do Professor Luís de Brito conseguimos os primeiros 100 mil dólares da Cooperação Suíça, para os primeiros 10 meses. Todavia, seis meses depois vieram outros doadores.**

Na fase inicial as intervenções do CIP tiveram como base a análise científica dos temas ligados a anticorrupção e isso teve um grande impacto, porque os próprios doadores não tinham muito conhecimento sobre esta nova área. O CIP começou a ser uma fonte importante de informação nas conversações entre o Governo e os doadores no atinente ao apoio orçamental.

O diálogo é uma componente importante da democracia

- Edson Cortez, Director do CIP

Edson Cortez nasceu no dia 2 de Maio de 1979, em Quelimane, Província da Zambézia. É filho mais velho de seis irmãos. Em 1985, a família mudou-se para Maputo onde ele fez o ensino primário na “3 de Fevereiro”. Iniciou o ensino secundário na “Maxaquene” e foi concluí-lo na Escola Comercial de Maputo. Adora futebol. Fora do País, não tem nenhuma preferência especial por um clube, mas gosta do treinador português, José Mourinho. Internamente gosta do “Maxaquene”. Fez um exame especial do ensino médio, passou, concorreu e ingressou na Universidade “Eduardo Mondlane”.

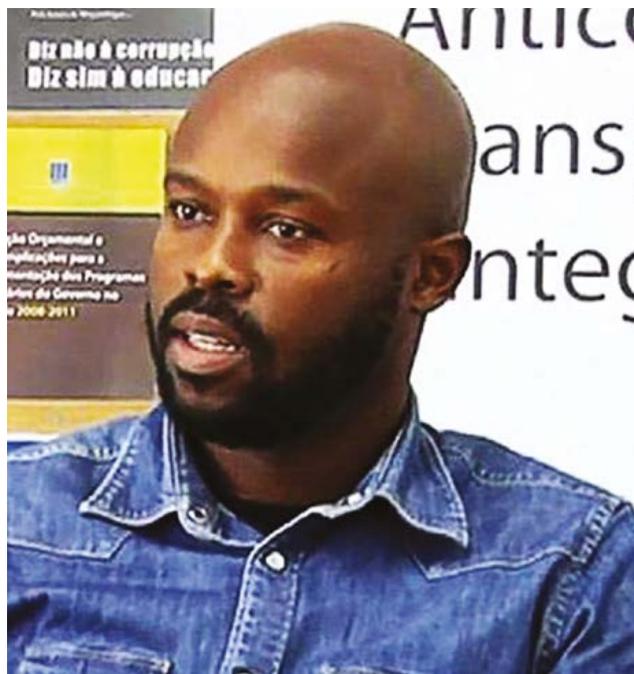
“Fui bom estudante de história e gostava de letras, em geral. Isso foi decisivo para a minha escolha das ciências sociais como curso superior. Fiz o bacharelato, depois a licenciatura em Administração Pública. No decurso do bacharelato e licenciatura, entre os docentes que me marcaram estão o Professor Fernando Ganhão (História das Ideias) e Adelino Pimpão (Fundamentos de Economia)”, disse.

Foi com Ganhão que aprendeu que se deve ter perspectivas diferentes sobre um determinado assunto e não ter medo de errar e de pensar diferente.

Amigo de Marcelo Mosse, em 2003, no processo de identificação de um problema científico, para a monografia de licenciatura, foi ele que o aconselhou a escolher a corrupção como tema. Teve como orientador o Professor José Jaime Macuane e apresentou a Monografia “Análise do fenómeno corrupção no sector da saúde- o caso do Ministério da Saúde”.

Marcelo foi à Portugal fazer um mestrado em “Estudos de Desenvolvimento”. Quando voltou, em 2004, convidou-o a juntar-se ao Adriano Nuvunga (com quem já vinha falando) para fundarem uma organização que trabalharia sobre assuntos de corrupção.

“Nessa altura, o Mosse conhecia alguns doadores entre eles o Marc de Tollenaere, que trabalhava na SDC (Cooperação Suíça) e fomos consolidando a ideia. Convidámos outras pessoas (a maior parte delas ex-colegas da UFICS) e surgiu o Centro de Integridade Pública, em 2005. Convidámos pessoas por afinidade e por termos ideias comuns. Na altura, ninguém imaginava que surgiria uma organização com o nível de prestígio que hoje o CIP tem (modéstia a parte). O que nos moveu é a ideia de que um País não se faz com



uma única maneira de pensar. A democracia deve ser polifónica. Recorremos ao que aprendemos, na universidade, como foco metodológico. Como pode ver, o nosso esforço é constatar, analisar e apresentar provas. Sob direcção de Marcelo Mosse, o jornalismo investigativo afirmou-se, na fase inicial, como área transversal importantíssima na nossa organização. O diálogo é uma componente importante da democracia”, explicou.

Em qualquer País do mundo um dos sectores onde acontecem aspectos de corrupção é o de *Procurement*. Era necessário conhecer a parte legal. Era preciso estar preparado para analisar a problemática da governação na sua amplitude e magnitude. No caso de Moçambique havia necessidade de se estar preparado para evitar a materialização da tristemente célebre “maldição dos recursos”. Segundo Cortez, actual Director do CIP, **“foi tendo em conta estes e outros aspectos que fomos construindo os pilares do CIP, contratando colaboradores competentes para cada uma das áreas. A ideia é olhar para a nossa missão e visão e ir moldando a estrutura da organização, para responder e corresponder a estes dois aspectos”**.

A finalizar a nossa conversa, considerou a campanha “Eu não pago as dívidas”, um dos momentos ímpares da vida do CIP.

O surgimento do CIP ameaçou algumas instituições

- Paula Mabunda, Membro fundadora do CIP

Paula Mabunda foi membro do núcleo fundador do CIP em 2005. Embora tivesse o sonho de cursar medicina, em 2014, concluiu o curso de Biologia na Universidade Eduardo Mondlane. Para Mabunda, volvidos 15 anos após a sua criação o CIP **“é uma marca”**. Diz que **“algumas instituições sentiram-se ameaçadas com a criação de uma organização cujo foco seria o combate à corrupção, integridade, transparência e boa governação”**. Fala da Ética Moçambique, que já existia na altura, mas que não era tão incisiva como veio a ser o CIP, sobretudo no tratamento dos assuntos ligados à corrupção. Sublinha que hoje até o próprio Governo **“não vê o CIP como uma instituição inimiga, mas como parceiro na edificação deste edifício difícil chamado Moçambique”**.

Nos 15 anos de existência do CIP, Paula Mabunda destaca a campanha ‘Eu Não Pago As Dívidas’, lançada em 2019, alegadamente por ter aproximado o CIP às pessoas mais simples do nosso País. Diz que **“foi através daquela campanha que as pessoas começaram a compreender os motivos das dificuldades que enfrentavam diariamente”**. Outro destaque durante os 15 anos de existência do CIP, ainda segundo Mabunda, foi a proposta de Lei Anti-corrupção. Afirmou **“que este instrumento viria a transformar-se na base da Lei de Integridade Pública, um dispositivo jurídico**



que criou uma certa racionalidade nas relações clientelares do partido Frelimo e do Governo”. Também destacou o facto de o CIP ter funcionado com colaboradores jovens de ambos os sexos, muito proactivos.

Almejo um CIP robusto e interventivo

- **Sélcia Lumbela**, Membro fundadora do CIP

Sélcia Lumbela é mestre em Gestão do Desenvolvimento pela Open University, Reino Unido; tem uma Pós-Graduação em Administração Pública pela Universidade da África do Sul (UNISA), e é licenciada em Administração Pública (2006) pela Universidade Eduardo Mondlane. É docente no Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Universidade Eduardo Mondlane desde 2007. É, actualmente, coordenadora de um programa na área de governação na Oxfam.

O seu interesse em juntar-se ao CIP teve dois principais impulsos. Primeiro: a sua estadia por um ano na Dinamarca no período de 2000 a 2001 (portanto quase 20 anos atrás), um País em que os clubes e as associações são uma parte vital da sociedade. **“Para se ter uma ideia, dados actuais do Centro Nacional Dinamarquês de Investigação Social referem que existem mais de 100.000 associações activas neste país de 5,7 milhões de pessoas. Esta lógica profundamente associativista do povo dinamarquês levou a que eu me juntasse aos demais membros e me engajassem no CIP. Segundo: a minha percepção da existência de lacunas de associações que operam na área de anticorrupção, transparência e integridade em Moçambique”**, disse-nos. Nos anos 2004-5 não tínhamos grupos de interesse fortes nesta área. Apesar de ter feito Licenciatura em Administração Pública, a sua inclinação era pela área de Ciência Política, um curso que, infelizmente, em 2004 ainda não tinha sido introduzido na UEM.

Segundo Sélcia, **“o CIP teve e está a ter um papel extremamente útil na sociedade moçambicana nos últimos 15 anos mas eu posso salientar: (i) a pressão para que os contratos entre o Governo de Moçambique e as empresas que operam no nosso País, como a Mozal, Vale, e outras fossem tornados públicos; (ii) a Campanha “Eu Não pago as**



dívidas ocultas” – no âmbito da descoberta de 2.2 Biliões de Dólares de dívida ilegalmente contraída pelo Governo Moçambicano; (iii) as pesquisas feitas no sector do petróleo em Moçambique – que esclareceram ao/a moçambicano/a como o sector funciona; (iv) a base de dados de interesse empresarial”

No fim da nossa conversa, manifestou o desejo de ver um CIP que continue nos próximos 15 anos, sendo uma organização da sociedade civil robusta, interventiva e relevante em Moçambique, contribuindo para o alcance da sua nobre visão que é: **“um País onde os agentes públicos e privados agem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.**

O Centro de Integridade Pública é uma marca na sociedade civil moçambicana

- Alfredo Binda, Membro fundador do CIP

Alfredo Binda é filho de um funcionário público da administração colonial portuguesa (veterinário). Nasceu em Angónia, na Província de Tete. Por obrigações profissionais o seu pai trabalhou em vários distritos do País e ele passou a infância entre Nampula, Marrupa, Ribaué e Beira. Falando da sua rica infância disse-nos que **“as nossas brincadeiras consistiam na caça de passarinhos com fiska e armadilhas de nembo; fazíamos cowboiadas, pescávamos e íamos apanhar cogumelos. Vivíamos numa farma e montávamos armadilhas para apanhar coelhos e outros animais”**.

Teve muitos amigos pastores que o ensinaram os segredos de viver no mato. Com eles, aprendeu a nadar no rio. Fixou-se na Beira onde terminou o ciclo preparatório e, por obrigações da revolução veio para Maputo onde integrou a Geração “8 de Março”. Fez o curso técnico de contabilidade. Começou a sua vida profissional em Chimoio, na Empresa “Construtora Integral”, durante 6 anos. Foi naquela cidade onde iniciou a vida artística como vocalista principal de uma banda musical chamada “Cripton”. Teve problemas por ser “rebelde” e por recusar a ser subserviente. A situação complicou-se e foi viver no Zimbabwe, onde conheceu muitos artistas, entre eles, David Mafumo e Oliver M’tunkunzi, afamados músicos locais.

“Quando a situação começou a melhorar (abertura política para o multipartidarismo) voltei para Beira e comecei a trabalhar como contabilista na “Companhia de Pipeline Mozambique Zimbabwe”. Nessa altura compus a música “Tanta gente vai morrer até que possa viver”, que serviu de efeito especial em muitos programas ligados ao processo de Assinatura do Acordo de Paz, em 1992. Foi um marco da liberdade de expressão. Seis anos depois vim para Maputo e trabalhei na Gestão Financeira da Embaixada da Irlanda Foi neste período que conheci Marcelo Mosse”, explicou Binda.



Foi Mosse que o convidou para ser membro fundador do Centro de Integridade Pública, em 2005. Na fase inicial, a sua função foi ajudar a montar o sistema de gestão e selecionar colaboradores para este pilar importante da instituição.

Sobre os 15 anos da instituição que ajudou a construir disse-nos que **“o CIP é uma marca na sociedade civil moçambicana. Hoje, por terem confiança no nosso trabalho, as pessoas até confundem o CIP com um tribunal: preferem vir ter com o CIP para apresentar os seus problemas. A organização foi fundamental no desenho de políticas para a transparência na área da indústria extrativa”**.

O CIP é incisivo porque expõe os casos e mostra provas

- Ana Karina Cabral, Membro fundadora do CIP

Nasceu em Maputo, no Bairro da Malhangalene. Na infância, passava o período de férias com os avós paternos, em Inhambane e com os avós maternos, em Manica. Teve uma infância arrapazada, solta e feliz num meio onde se praticava desporto e se aprendia música. Fez o ensino primário na Escola “7 de Setembro”. Iniciou o ensino secundário na “Francisco Manyanga” e foi terminá-lo no Colégio “Delta”, na Cidade de Maputo. Cedo teve inclinação para a História por influência do professor Chicane.

No atinente à sua entrada na UFICS explicou-nos que **“houve um tempo que comecei a gostar de leitura. Lembro-me que estava a ler um livro de Ngungi Wationgo , um escritor queniano renomado, quando decidi ingressar nas ciências sociais. Na altura, a pequena biblioteca caseira andava cheia de autores africanos”**.

Os seus estudos universitários iniciaram sem nenhum domínio do que eram os cursos. Foi o seu amigo Hélder Timana, que a influenciou e a convenceu a seguir a área social. Os primeiros anos de universidade foram um encanto porque **“conheci novos colegas. Tive a oportunidade de perceber a grandeza e a diversidade do País através dos meus colegas. Percebi que somos um mosaico cultural; que havia diferentes formas de conceber a vida e encarar o mundo. Foi uma experiência interessante. Lembro-me, ainda hoje, do Professor Fernando Ganhão que quando entrava na sala os estudantes se levantavam e ficavam em sentido. A UFICS mostrou-me a dimensão real do País”**.

Depois do tronco comum (Introdução às Ciências Sociais) decidiu fazer sociologia porque pensava que era uma disciplina mais holística, mais abrangente. Em 2005, na altura em que começou a escrever para a finalização do curso, participou em encontros com o Marcelo Mosse, Adriano Nuvunga e Edson Cortez, onde se falava da possibilidade de criar



uma organização que pudesse trabalhar à volta dos conceitos das ciências sociais combinados com o jornalismo investigativo. Eram reuniões que se realizavam em vários lugares da cidade. Foi nesses encontros que decidiu fazer parte do núcleo fundador do Centro de Integridade Pública.

Quisemos saber como ela viu o trabalho do CIP nestes últimos 15 anos e disse-nos que **“estou convencida que ele é um separador de águas: há uma história da administração pública moçambicana antes do CIP e há uma história da administração pública moçambicana diferente depois do CIP. Esta OSC soube criar condições, para municiar o cidadão com informação que o levou a pensar a sociedade de uma forma critica. O CIP é incisivo porque expõe os casos e mostra provas”**, concluiu.

A corrupção atingiu níveis alarmantes

- Stélio Bila, Membro fundador do CIP

Nasceu na década de 70 do século XX. Recordar-se de ter tido uma professora rigorosíssima no ensino primário, que o ajudou a moldar o carácter. Nos primórdios da juventude foi um desportista eclético. Até hoje continua a praticar a sua modalidade predilecta: a natação. Por causa da transferência do pai teve que ir viver na Cidade da Beira. Em 1991 voltou para Maputo por ter sido alistado para cumprir o Serviço Militar Obrigatório. Lembra-se que **“foi num período em que o crepitar das armas era muito forte e não havia certeza de salvação, para quem fosse cumprir a tropa”**.

Confessa que não fugiu da tropa. Cresceu numa família religiosa que lhe serviu de pote de valores como a compaixão, o respeito ao próximo e o amor à vida.

Começou os seus estudos universitários na UFICS, em 1997. Foi lá **“onde conheci alguns colegas que mais tarde vieram a ser membros fundadores do CIP (Marcelo Mosse, Adriano Nuvunga, Sélia Lumbela, Edson Cortez e Ana Karina Cabral). Dois anos depois fiz Bacharelato em Ciência Política. Seguidamente fiz licenciatura em Administração Pública, em 2001. Foram estas duas áreas (que se complementam), que me ajudaram a pautar por viver de uma forma justa e transparente”**, explicou.

A maior parte do grupo fundador do CIP estudou na UFICS, na UEM. Foi na altura da transição do Governo de Joaquim Chissano para o de Armando Guebuza. **“Na governação do Presidente Chissano, os níveis de corrupção atingiram níveis alarmantes; celebrizou-se pelo espírito de “deixar andar”, onde cada um fazia o que queria e entendia. Olhava-se para os cofres do Estado como “saco azul” onde cada um podia tirar o que quisesse, dependendo das oportunidades que tivesse. Fomos notando o agravamento das condições de vida dos moçambicanos. Vimos que isso acontecia não somente pelo facto de sermos um País sem recursos, estava, também, diretamente ligado**



às formas de gestão do bem público, explicou Bila.

Os acontecimentos da época acima pormenorizada serviram de base para a consolidação da ideia da fundação do CIP, em 2005. Nessa altura o Marcelo Mosse e o Adriano Nuvunga tiveram trabalhos com a SDC (Cooperação Suíça), em que o Marc de Tollenare aconselhou-os a se organizarem, porque havia possibilidade de se dar mais passos. Foi neste cenário que surgiu a ideia da formação do grupo fundador.

O nosso entrevistado orgulha-se pelo trabalho realizado pelo CIP nestes últimos 15 anos, porque serviu de bússola e barómetro de governação em Moçambique.

É altura de o CIP descer para as províncias

- **Maurício Sulila**, Oficial de Programas de Governação na Cooperação Suíça

Maurício Sulila é Oficial de Programas de Governação na Cooperação Suíça, uma organização que tem prestado apoio técnico e financeiro ao CIP desde que esta instituição foi oficializada e começou a funcionar. Sulila diz ter participado em todo o processo de crescimento do CIP, incluindo os tempos turbulentos por que passou. Segundo Maurício Sulila, a Cooperação Suíça participa nos trabalhos do CIP como **“doador, tendo já renovado o seu programa com a instituição para os próximos quatro anos, em princípio, mas com a possibilidade de esse período ser estendido para 10 ou 12 anos se as condições continuarem como estão”**. Sublinhando que os assuntos de combate à corrupção eram quase um tabu em Moçambique quando o CIP surgiu, Sulila disse que não se percebia com profundidade as consequências da corrupção na vida de um País. Quanto aos objectivos do trabalho desenvolvido pelo CIP, citou a corrupção como sendo uma prioridade, adiantando que para combatê-la foi necessário adoptar uma legislação específica. Reconhece que nos últimos anos assiste-se a um CIP **“mais colaborativo e mais engajado com diversas instituições (Assembleia da República e Governo)”**. Destacou os convites que a organização tem recebido para participar em debates na Assembleia da República e proferir palestras. Nos próximos tempos, **“o CIP deve abraçar seriamente o desafio de trabalhar a nível local”**, frisou. Na opinião de Sulila, o CIP já se afirmou no espaço urbano, tendo por isso chegado o tempo de descer para as províncias onde poderá ter maior espaço e legitimidade de influenciar as políticas públicas locais.



Sobre os destaques nos 15 anos de funcionamento do CIP, Maurício Sulila falou do pacote anticorrupção. **“Boa parte da sociedade despertou com a informação detalhada sobre as dívidas ocultas, sobretudo quando Moçambique começou a sofrer as consequências da corrupção. Foi daí que se começou a dar mais valor ao que o CIP vinha dizendo e publicitando”**, afirmou.

O CIP merece reconhecimento internacional

- Mokgabo Sarah Kupe, Conselheira da Transparência Internacional

Fazendo uma análise dos 15 anos de existência do CIP, Mokgabo Sarah Kupe, conselheira da Transparência Internacional (TI), disse estar impressionada com o que classificou de **“tenacidade”** daquela organização na abordagem, **“com zelo incomparável”**, das questões controversas de importância nacional.

Para Kupe, o CIP é a instituição anticorrupção líder em Moçambique, particularidade que o diferencia de outras em termos de paixão, criatividade e profissionalismo. Sobre a paixão, disse que **“a equipa do CIP está sempre ansiosa para resolver questões emergentes”**. Quanto à criatividade, referiu que os colaboradores do CIP **“são apaixonados por anticorrupção”**. Enalteceu a criatividade da equipa do CIP na abordagem de questões através dos órgãos de comunicação social e outras plataformas, bem como a utilização de campanhas criativas que atraem todos os públicos. **“O CIP é também extremamente hábil em jornalismo investigativo e profissionalismo, na medida em que todas as pesquisas são completas, bem pensadas, e trazem informações relevantes para apoiar a aplicação da Lei de Proibição Pública”**, acrescentou.

Sobre as campanhas desenvolvidas pelo CIP, Mokgabo Sarah Kupe disse preferir a das dívidas ocultas por ter sido criativa, que conseguiu concentrar a atenção do público. **“As pessoas que duvidavam começaram a respeitar o trabalho e as pesquisas profundas do CIP”**, frisou. Para melhorar o desempenho do CIP nos próximos anos, Mokgabo Kupe começou por salientar que aquela organização **“faz um ótimo trabalho, e merece reconhecimento internacional”**. No entanto,



acrescentou que gostaria de ver a equipa do CIP trabalhar mais arduamente como forma de, sempre que possível, atrair a atenção internacional para o seu trabalho. **“Também gostaríamos de ver mais publicações em inglês”**, finalizou.

O CIP tem sido fonte de informação credível

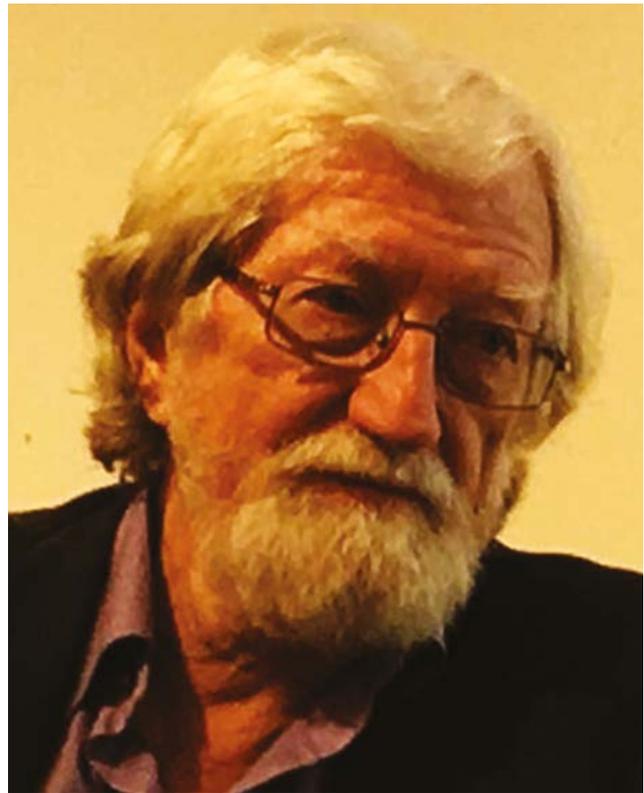
- Joseph Hanlon, Conselheiro do CIP

Entre as actividades mais conhecidas do CIP está a supervisão e análise nos processos eleitorais. Há 15 anos que o Núcleo de Conselheiros do CIP tem vindo a dar sinais de si nesta importante componente das actividades desta OSC. Entre os conselheiros mais conhecidos pelos seus trabalhos de análise dos processos eleitorais em Moçambique, está Joseph Hanlon, jornalista, cientista social e professor sénior de Política e Prática de Desenvolvimento na Open University, Milton Keynes, Reino Unido.

Sobre a sua longa ligação com o CIP explicounos que **“sou apenas um membro do Núcleo de Conselheiros. Durante os seus 15 anos, o Núcleo de Conselheiros tem liderado o modo de responsabilizar o Governo, levantando questões e forçando a transparência. Estas acções têm sido particularmente eficazes no campo dos recursos naturais, dívida, eleições e transparência.”**

As chaves do sucesso do CIP são o detalhe e a precisão. Os seus relatórios são exaustivamente bem **“pesquisados e escritos. Os factos são verificados e as alegações e críticas são precisas e não exageradas, nesse sentido, o CIP aprendeu a apontar o dedo ao problema com precisão”**.

No nosso país fez grandes amigos, entre eles Carlos Cardoso, o aguerrido editor dos diários electrónicos “Mediafax” e “Metical”, assassinado a mando do crime organizado. Sobre isso disse-nos que **“na altura em que Carlos Cardoso foi assassinado, Marcelo Mosse era o seu assistente e eu escrevia para o Metical. Quando se decidiu fechar o jornal electrónico, Marcelo avançou com uma nova ideia de criar uma equipe financiada, para fazer jornalismo de investigação. Na altura esse modelo não era comum, como agora. Todavia, no início, os doadores não foram receptivos. Apresentámos o projecto a vários prováveis financiadores, alguns disseram**



que apoiariam um projecto de jornalismo investigativo que priorizasse temas ligados a governação. Foi daí que nasceu o Centro de Integridade Pública (CIP).

Entre as minhas actividades em Moçambique, está a de editor do Boletim sobre o Processo Político de Moçambique, que cobriu todas as eleições multipartidárias. Nesta área juntou-se a mim, em 2003-4, o Adriano Nuvunga (membro fundador do CIP), que passou a ser o editor adjunto. Nas eleições de 2008-9 mudamos o Boletim para o CIP. Adriano Nuvunga tornou-se director do programa de eleições e depois passou a ser o timoneiro do CIP.

Tal como outros conselheiros, discuto questões-chave com os membros do CIP,

mas a instituição tem tido o cuidado de se manter uma organização moçambicana com a sua agenda definida, localmente. Trabalhei, também, como editor das publicações desta OSC moçambicana. Finalmente, devido ao meu envolvimento no Jubileu 2000, há 20 anos, agora tenho um pequeno envolvimento na elaboração do relatório secreto da dívida”.

O seu foco de colaboração com o CIP tem sido o Boletim sobre o processo político em Moçambique e a sua cobertura eleitoral, que se tornou única em África. Sobre este aspecto observou que **“desenvolvemos o sistema de correspondentes nos distritos, começando com 50 em 2004, aumentando para 465 em 2019. A maioria tem sido ligado às rádios comunitárias. A publicação expandiu-se de forma qualitativa que nas eleições de 2018-19, tivemos 189 newsletters publicados, diariamente, nos períodos mais intensos e três vezes no dia da votação, para relatar a participação e incidentes. Para as eleições nacionais de 2019 tínhamos uma equipa de 10 pessoas em Maputo, e fomos autorizados a ocupar a sala de reuniões - todos nós a trabalhar a volta da grande mesa da sala de**

reuniões do escritório do CIP.

Para Joseph Hanlon, o CIP tem sido uma referência porque conseguiu aplicar as técnicas de investigação jornalística para tornar o Governo e a elite moçambicana mais responsáveis. Sobre este assunto comentou que **“temos utilizado esses métodos jornalísticos de outras formas, por exemplo, relatando diariamente os julgamentos de pessoas ligadas a dívida secreta e sobre as eleições. O CIP tem sido a fonte credível de informação e análise para diversos actores (comunicação social, organizações internacionais e outros) em assuntos como recursos naturais, anticorrupção, conflitos de interesses, gestão da coisa pública (dívida), eleições e outras questões”.**

A minha experiência com o CIP e com a minha equipa do Boletim mostra que há, em Moçambique, pessoas a trabalhar para o desenvolvimento económico e para tornar melhor a vida dos seus próximos. O CIP fala por e para essas pessoas. A sua voz deve ser alta - mas sempre oportuna, precisa e bem pesquisada. E a luta apenas começou”.

A luta anticorrupção notabiliza o CIP

- **Caifadine Manasse**, Porta-voz do Partido Frelimo

Caifadine Manasse é Secretário do Comité Central do Partido Frelimo para a Comunicação e imagem e é Porta-voz do Partido Frelimo. Sobre os 15 anos do CIP disse-nos que **“a nossa impressão é que o CIP é uma grande organização. Nós como Partido Frelimo criamos as regras que regem o Estado Moçambicano. Uma das regras é o facto de termos aprovado leis que permitem a existência de organizações, que trabalhassem no País e fizessem a sua contribuição para o fortalecimento do estado de direito democrático. E para isso nós saudamos e encorajamos qualquer organização que trabalha em prol da consolidação do estado democrático, para o reforço da cidadania. E, acima de tudo saudamos as organizações que trabalham para o reforço do patriotismo e do bem estar dos moçambicanos”**.

Para ele o CIP é uma organização que está a fazer o seu papel, olhando para as linhas de governação, que dá aquilo que é a sua contribuição para a melhoria da governação. **“O CIP cinge-se mais no combate a corrupção e para nós Partido Frelimo, o combate a corrupção é uma componente prioritária da nossa acção política. Nós lutamos para que o combate à corrupção seja cada dia mais visível e credível. O nosso sonho é que ultrapassemos o problema da corrupção no nosso estado. É por isso que vemos o CIP como uma OSC que complementa o trabalho que temos vindo a fazer”**, frisou.

Na nossa conversa sobre CIP pedimos ao Porta-voz do Partido Frelimo para expressar a posição da sua formação política em relação ao trabalho realizado por esta organização da sociedade civil moçambicana e disse-nos que **“o CIP tem estado a fazer o seu trabalho, a dar a sua contribuição e nós ouvimos todas as pessoas e colhemos aquilo que é importante, para alinhar as políticas de governação e esta OSC tem estado a contribuir para esse objetivo. É verdade que é uma organização com o seu estatuto orgânico, a sua linha editorial, o seu pensamento e para nós interessa ter o CIP cada vez mais forte e cada vez mais patriótico. Não vemos nenhuma hostilidade nisso”**.

Quando o questionamos sobre aquilo que destaca nas ações do CIP respondeu-nos que **“a luta anticorrupção tem sido aquilo que**



mais notabiliza o CIP e isso é importante para melhoramos a gestão da coisa pública. Gostaríamos que houvessem mais organizações engajadas nesse combate porque isso permite melhorarmos o nosso estado de direito democrático e para o desenvolvimento do País. A corrupção corroe o desenvolvimento do País e esta aposta do CIP na monitoria da gestão da coisa pública, dando o seu parecer sobre a gestão dos processos de governação é muito bem vinda para o Partido Frelimo”.

Em relação a possibilidade de “harmonizar” o governo e o CIP, Caifadine Manasse disse que **“não deve haver confusão: governo é governo. O CIP é uma OSV como várias outras, mas há um governo responsável pela gestão do Estado. O CIP faz a sua parte. O governo pode ouvir e aproveitar o que o CIP faz, mas deve ser claro que isso não é vinculativo. Como OSC ele deve contribuir para engradecer o governo. Às vezes, parece que os técnicos do CIP acordam para ver os erros do governo e “bombardear” a sociedade com isso. O CIP deve contribuir, positivamente, para o reforço da Assembleia da República na aprovação das leis; deve ser uma organização patriótica e não pensar que deve estar sempre a colidir com o governo. O nosso bem maior é Moçambique e esse está sob gestão do governo legitimado pelo voto dos moçambicanos.**

O CIP pauta pela rigorosidade nas análises

- Egídio G. Vaz, Historiador

Egídio G. Vaz Raposo é historiador, consultor de comunicação, investigador de media e jornalismo. Nos últimos anos tem estado a trabalhar como assessor no Gabinete de Comunicação e Imagem do Partido Frelimo.

Pedimo-lhe para falar do CIP e ele disse-nos que **“acompanhei o nascimento do CIP na fase inicial. No momento em que os seus fundadores estavam a mobilizar fundos para sua criação. Vi na altura a garra, a sagacidade e a visão dos seus membros fundadores, principalmente na pessoa do seu primeiro director, Marcelo Mosse. Acompanhei desde o início as publicações sobre o estado da integridade. O CIP foi crescendo ampliando o seu leque de assuntos e tornou-se uma voz bem audível na formação da opinião pública”**.

Instado a falar sobre o CIP no âmbito das OSC's moçambicanas disse-nos com agrado que **“uma das coisas que mais gosto do CIP é a sua liderança e governação interna. Há cumprimento de mandatos baseados na prata da casa. É uma forma interessante, boa e um exemplo a seguir. Quem tiver tempo e traquejo para ler e verificar como assuntos complexos são tratados, tem o CIP como referência.**

E, como todos sabemos, a qualidade da opinião é condicionada pela qualidade de quem faz a interpretação dos dados. Todavia, é preciso reconhecer que o CIP pauta pela rigorosidade nas suas análises, colocando sempre as fontes de informação”.

Sugere que o CIP deveria continuar a publicar os seus relatórios anuais sobre governação dado que ultimamente, o seu intervencionismo diário através daqueles comunicados de opinião, deixa um pouco a percepção de que eles não se guiam pelo programa, mas sim pelos eventos. **“Recorrendo à minha veia de historiador, estaria a referir-me a história de eventos, o comentário diário sobre os aspectos políticos correntes. Passados 15 anos, se tivessem continuado a publicar aqueles relatórios, teríamos 14 ou 15 edições que serviriam, na minha opinião, de espelho do nosso percurso político, auxiliando como**



base para sabermos donde é que o CIP vem e como é que a sociedade se transformou à luz daquilo que tem sido o trabalho desta OSC”, explicou.

Assim como muitas pessoas dizem, perguntamo-lhe se ele também achava que havia pugnas entre o CIP e o governo tendo respondido que **“quando se trata de debater o desenvolvimento não implica que tenhamos que andar lado a lado. O processo de desenvolvimento é como uma caminhada no pasto pela floresta: há quem precisa de conhecer o trilho, neste caso é o governo e a quem precisa de estar atento aos animais, a frente e atrás e aos lados, esses são os grupos de pressão ou de monitoria à governação”**.

Para Vaz instituições como o CIP devem ajudar a despolarizar e a criar consensos de alta intensidade dentro da sociedade. **“Todos nós (governo, CIP e a sociedade em geral) temos que nos convencer de que a polaridade é inimiga da coesão social e é porta de entrada para os inimigos do desenvolvimento de Moçambique, concluiu.**

Adorei a impressão das camisetas com a frase “EU NÃO PAGO AS DIVIDAS”

- Fernando Lima, Jornalista

Fernando Lima é jurista e jornalista. Actualmente é o presidente do Conselho de Administração da Mediacoop, proprietária do semanário SAVANA e do diário *MediaFax*. Iniciou-se na profissão em 1976, tendo trabalhado para a agência de notícias moçambicana, AIM, e para o jornal “Notícias”.

Quisemos saber a sua impressão sobre o CIP e sem pestanejar disse-nos, logo, que **“é boa. Antes do CIP havia uma organização chamada Ética Moçambique. Talvez tenham sido os percursores do CIP. Em termos de integridade e transparência o trabalho deles é muito bom, tem muita qualidade. Penso que os diretores do CIP, no geral, têm escolhido bons assessores, bons técnicos e especialistas para fazerem estudos, para dar opiniões, para trazer ao público pareceres legais sobre assuntos muito controversos, portanto, a nossa sociedade precisa muito deste tipo de trabalho”**.

Muitas vezes as organizações da sociedade civil tendem a não resistir à tentação de se envolverem em questões mais políticas, ou darem a sensação de que são entidades mais politizadas. **“É mau porque isso abre caminhos para o ataque às organizações da sociedade civil e sabemos que o CIP está sob permanente ataque, não só do ponto de vista ideológico como até do ponto de vista do ataque físico, nomeadamente, de ameaça aos seus dirigentes, aos seus pesquisadores, a própria instituição, que é uma coisa muito lamentável. Demonstra o défice democrático que existe em Moçambique”**, observou.

Habitados que estamos a ouvir algumas pessoas a reclamarem aquilo que consideram constantes pugnas entre o CIP e o governo procuramos ter a opinião do diretor da Mediacoop. Indo direto ao assunto disse que **“há uma fórmula muito simples: O Governo de Moçambique tem que ser mais respeitador dos princípios da República, dos princípios da democracia, dos princípios da legalidade, numa palavra, respeitar o estado de direito. A partir do momento em que o governo de Moçambique que gere o Estado Moçambicano tiver mais respeito do ruler of law, portanto, do Estado de Direito, claro que haverá uma**



maior comunhão e uma maior cumplicidade entre as organizações da sociedade civil e o Governo.

Conhece o CIP desde os primórdios da sua fundação e por isso, quisemos saber, em que é que o CIP foi “estrela”. Numa rápida resposta disse que **“há muitas coisas em que o CIP foi estrela. Adorei a impressão das camisetas com a frase “EU NÃO PAGO AS DÍVIDAS”. Mostrou um sentimento genuíno de vários estratos sociais de moçambicanos que se sentiam bem usando aquelas camisetas”**.

Em relação à pergunta: que é que destaca do CIP? O vencedor da 14.ª edição do prémio Multichoice da CNN disse que **“gosta da coragem dos seus dirigentes e colaboradores. Gosto do seu dinamismo. Uma parte dos seus posicionamentos revelam irreverência. Eles não tocam, apenas, aqueles assuntos que são óbvios. Eles conseguem pegar num assunto meramente jornalístico e transformá-lo em trabalho mais profundo. E isto mostra muita flexibilidade e também mostra muita irreverência, porque traz à superfície, a base legal das suas pesquisas em relação aos diversos problemas da nossa sociedade”**.

Não é a corrupção que impede o desenvolvimento

- Elísio Macamo, Docente universitário

Elísio Macamo é sociólogo e docente universitário na Basileia, Suíça. É um dos intelectuais mais interventivos na actualidade política moçambicana. **“As organizações da sociedade civil moçambicana criam um esvaziamento da esfera política com as suas acções de pendor técnico”**, escreveu no Facebook (FB), num debate sobre as dívidas ocultas contraídas pelo governo no âmbito da criação das empresas MAM, PROINDICOS e EMATUM. Em resposta, no seu post, no FB, no dia 23 Junho de 2017, Adriano Nuvunga, na altura, director do CIP escreveu que **“há pouco mais de 10 anos que Elísio Macamo vem dizendo que não há corrupção em Moçambique, primeiro, ignorando toda a evidência estatística, incluindo do próprio Estado e governo e, segundo, sem apresentar qualquer evidência para a sua tese, como se esperaria de um académico que se pretende credível”**.

No âmbito do 15.º aniversário do CIP, procurámos pelo sociólogo para nos dar a sua impressão sobre o trabalho desenvolvido pelo CIP e ele escreveu: **“A minha impressão é ambivalente. Por um lado, penso que o CIP enriqueceu a paisagem da sociedade civil do país e tem sido um actor muito importante na esfera pública e política. Os seus colaboradores têm exercido o seu direito cívico de interpelação crítica do governo com bastante zelo e brio. Isso é bom. Por outro lado, tenho algumas reticências em relação à sua estrutura. A organização é essencialmente financiada de fora, o que significa, pelo menos teoricamente, que ela responde a uma agenda que não é necessariamente moçambicana. Não pretendo com isto levantar o espectro duma “mão externa”, quero apenas dizer que há uma diferença fundamental entre representar os contribuintes moçambicanos que se preocupam em saber como os seus impostos são gastos e representar a comunidade de doadores que quer saber como o seu dinheiro é gasto. No último caso acontecem duas coisas. Uma é a trivialização da política, pois por força da “agenda externa” problemas políticos transformam-se em problemas técnicos para os quais existem**



sempre respostas claras e inequívocas. A outra é a perversão da democracia, uma vez que uma organização não-democrática impõe-se como representante da sociedade. Os partidos representam a sociedade e é através deles que a política devia ser articulada”.

Quisemos saber deste prestigiado Professor moçambicano, na Suíça, os aspectos que considera mais relevantes do trabalho desta importante instituição da sociedade civil e ele respondeu-nos que **“considero a abordagem que o CIP faz da corrupção essencialmente equivocada. Não é a corrupção que impede o desenvolvimento. É a ausência de desenvolvimento que cria condições para que a corrupção tenha consequências negativas. A luta contra a corrupção é uma grande distração que, no limite, serve apenas para a reprodução social do CIP e da indústria do desenvolvimento”**.

Quando o questionamos sobre a possibilidade de haver “harmonia” entre o CIP (grupo de pressão) e o governo, o Professor Elísio Macamo, prontamente respondeu-nos que, **“Nada. Perfeitamente normal que não haja harmonia. Próprio da vocação de cada um deles”**.

As publicações do CIP fertilizam a qualidade do debate na AR

- **Lutero Simango**, Chefe da Bancada Parlamentar do MDM

Entre as personalidades que procurámos para dar o seu depoimento sobre o CIP está o Eng^o Lutero Simango, líder parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), terceira força política no País.

Ao perguntarmos sobre a sua impressão em relação ao trabalho realizado pelo CIP o líder parlamentar do MDM disse-nos que **“tive o privilégio de acompanhar o nascimento do CIP e interagir com os diretores que passaram pela instituição. O surgimento do CIP veio dar um ar fresco na área da fiscalização. Lembrome que no início, fizeram uma incursão pela boa governação e fizeram diagnóstico e análise sobre a governação local, nos distritos e particularmente sobre a alocação dos orçamentos e avaliação dos gastos. Uma das áreas mais fortes da acção do CIP foi a da análise dos dossiers da indústria extractiva, na fase inicial da entrada de novos actores na exploração do carvão em Tete e na prospecção do gás na Bacia do Rovuma”**.

Lutero Simango destaca que o CIP foi importantíssimo na avaliação da execução orçamental do Estado. Sublinhou ainda que **“esta OSC tem tido o mérito de estudar e avaliar as alocações orçamentais do governo e, as suas análises têm servido de base de análise dos diferentes deputados da Assembleia da República (AR). As publicações do CIP fertilizam a qualidade do debate na AR.**

As análises que o CIP tem feito com demonstrações estatísticas (gráficos) têm sido, também, um TPC para o próprio governo, pois obrigam-no a ponderar melhor as alocações orçamentais que este faz aos diversos sectores da nossa sociedade ano após ano. “Actualmente, a AR não tem uma unidade técnica vocacionada e especializada para fazer a análise orçamental. Esse papel tem sido desempenhado com profundidade e brilho pelo CIP.



Outra área de destaque das ações do CIP é a da luta contra a corrupção. A sua campanha “EU NÃO PAGO AS DÍVIDAS” ficará gravada com letras de ouro nas páginas da nossa história. Tendo em conta o que nos disse anteriormente, pedimos ao chefe da bancada parlamentar do MDM para sugerir o que o CIP deve melhorar no futuro. Ele observou que **“Quando falamos de participação política e cidadania, em Moçambique, fazemos referência e dirigimo-nos a uma determinada elite. É necessário que o CIP faça publicações com análises e linguagem mais simplificadas, que possam ser compreendidas por aqueles moçambicanos que não foram às universidades. Pode, por exemplo, substituir as tabelas por imagens. Isso permitiria que mais pessoas pudessem entender as suas mensagens”**.

O CIP veio mudar a configuração crítica na arena política

- Venâncio Mondlane, Assessor Político do Líder da RENAMO

Venâncio Mondlane é assessor para assuntos políticos do gabinete do líder da Renamo, Ossufo Momade. É um dos políticos de referência obrigatória no período pós-independência, sobretudo, entre aqueles que emergiram no período inicial da democracia multipartidária em Moçambique.

Avaliando o percurso do CIP nos últimos 15 anos Venâncio Mondlane disse que **“a minha impressão sobre o CIP é positiva. Surge numa altura em que nós não tínhamos material de pesquisa alternativo, no sentido de diferente das fontes oficiais, sobretudo no atinente a corrupção que é um dos maiores cancros em Moçambique e em África, em geral. A corrupção é uma área crucial extremamente sensível para a boa governação. O CIP veio mudar a configuração crítica, na área da política, em Moçambique. Eu fui um dos maiores beneficiários disso.**

Este prestigiado *opinion maker* vê o CIP como uma incontornável fonte de consulta para o debate político nacional. No decurso da nossa conversa sublinhou que **“quando ele surgiu eu era comentador na Miramar, mas a partir de 2007, quando tive contrato com a TIM, comecei a utilizar o resultado das pesquisas realizadas pelo CIP. Quando passei para a STV, em 2008, já usava os materiais resultantes das pesquisas do CIP com maior intensidade. O material produzido por esta OSC começou a ser de consulta obrigatória para mim. A consulta foi mais intensa, ainda, quando me tornei deputado em 2015. A única iniciativa de lei que configurei e apresentei ao parlamento foi baseado na pesquisa que fiz aos materiais produzidos pelo CIP. Tratou-se da proposta de lei para a constituição da comissão parlamentar, para averiguar a situação da EDM. Na altura eu estava no MDM. Foi uma proposta polémica porque apresentava muitos dados factuais. Setenta por cento da informação contida naquela proposta foi baseada nos dados produzidos pelo CIP.**

O CIP permitiu que os moçambicanos tivessem acesso a informação que durante muitos anos era considerada **“segredo de estado”**. Um dos seus maiores méritos foi e é ter a capacidade de triturar a informação, aumentar a superfície de contacto e fazê-la chegar à milhões de moçambicanos”.

Diferentemente de outras instituições existentes no País, as pesquisas do CIP têm sido pragmáticas. Nesta instituição a informação é tratada com rigor técnico. É uma espécie de jornalismo científico. Consegue combinar um rigor científico de pesquisa e uma comunicação fluida, atraente, compreensível, simples e com muito impacto. Uma comunicação que vai ao encontro do cidadão comum.

“O CIP foi pioneiro na senda de pesquisa e produção de informação detalhada sobre a indústria extractiva, em Moçambique. É uma área de longuíssimo prazo. Nos próximos 50 a



100 anos esta área estará no cerne do debate económico de Moçambique. É preciso lembrar, também, que foi ele que despoletou o assunto do pagamento das mais-valias no negócio entre a Exxon Mobil e a ENI, no valor de USD 300 milhões. Usei esse material para submeter um “assunto urgente” na AR, que visava a ida do governo para explicar à plenária os destinos e os contornos do uso daquele montante. Nos cálculos dos especialistas em economia do CIP o valor ganho naquela transação era muito superior ao montante anunciado pelo governo. Mas, mais uma vez, a “ditadura de voto” não permitiu o debate daquele assunto”, disse.

O engenheiro Venâncio Mondlane acompanhou o início e as várias fases do desenvolvimento desta instituição da sociedade civil moçambicana e para o seu crescimento sugere que **“o CIP se mantenha fiel aos temas de pesquisa que tem vindo a desenvolver, para evitar baixar de qualidade. Tem que manter o seu público e o seu lugar de fonte credível para a consulta dos assuntos ligados a transparência, integridade, anticorrupção e boa-governação”**.

Instamo-lhe a falar sobre a possibilidade de harmonização das abordagens do governo e do CIP e ele disse-nos que **“é muito complicado. Temos um governo que não se abre. Se fores a observar todas as cedências que aconteceram no país (acordos de paz, democracia multipartidária e a problemática das dívidas ocultas) aconteceram porque ele esteve encurralado. Não existe nenhuma predisposição deste governo e todos os anteriores de aceitar negociar e buscar consensos com outras organizações fora do Partido Frelimo. O CIP é um grupo de pressão que tem sabido fazer o seu papel. Há muita coisa que tem vindo a mudar no País devido a acutilância das intervenções desta OSC. O problema das dívidas ocultas, por exemplo, ainda não está totalmente esclarecido. Foi preciso encurralar o governo com a supressão de apoio externo ao orçamento do estado que este se viu obrigado a ceder. E muito do que os moçambicanos souberam e sabem sobre este assunto foi graças ao esforço do CIP”**.

O CIP recebe dinheiros de fora para promover desordem

- **Julião Cumbane**, Director de Parques de Ciência e Tecnologia de Moçambique

Julião João Cumbane é Mestrado em Física. É Director da Empresa Parques de Ciência e Tecnologia de Moçambique. Trabalhou no Departamento de Física da “Universidade Eduardo Mondlane”.

Quisemos saber do afamado físico nuclear sobre o que pensava sobre o CIP e ele disse-nos que **“o CIP é uma das organizações da sociedade civil (OSCs), que penso que não serve ao País, pela sua forma de actuação e não tenho boa impressão sobre ela. Ela não faz obras. Eu não conheço a obra do CIP. Sei que o CIP tem estado envolvido em denúncias que depois não se confirmam. Tem estado em campanhas, que eu chamaria de campanhas de desobediência civil. Portanto, não a vejo como uma organização patriótica. Para mim, o CIP é uma organização que usa moçambicanos para desestabilizar o país”**.

Nas suas intervenções públicas tem estado a criticar o CIP por ser uma organização financiada por estrangeiros sobre este aspecto fez várias perguntas tais como “quem é o financiador do CIP? Onde é que o CIP arranja dinheiro para desenvolver essas actividades que se dizem que são pro-construção de um Estado de Direito Democrático? Donde é que vem esse dinheiro?

Portanto, **“eu olho para os integrantes desta organização, como moçambicanos com algum défice de patriotismo e nacionalismo. Estão a servir interesses que não são do povo moçambicano, e é por isso mesmo que não são pagos por dinheiros que provêm de Moçambique”**.

Segundo ele para nós termos OSCs que servem os interesses deste país, este tem de se organizar para ele próprio financiar as suas OSCs. As organizações da sociedade civil que são pagas por fundos externos não servem os interesses do país. **“Portanto, se o CIP é financiado por fundos externos não serve os interesses de Moçambique. Servem os interesses das pessoas que lhe pagam para funcionar. É este o meu pensamento sobre esta OSCs”**, esclareceu.



Instado a falar sobre o que acha que é mais intrigante no trabalho desta instituição, disse-nos que **“ela é intrigante em tudo o que diz e faz. Por exemplo, quais são os casos de corrupção denunciados pelo CIP e que foram comprovados? Eu não conheço. Talvez eu tenha problemas de memória”**.

Sobre a campanha “NÃO PAGO DÍVIDAS OCULTAS”, para ele, uma das coisas mais horríveis feitas pelo CIP, observou que não estava a dizer que criar essas dívidas ocultas foi coisa boa. Sublinhou que **“é uma campanha que não foi bem pensada, porque não foi articulada com as autoridades. A PGR já estava a investigar esse caso, há muito tempo, antes do CIP vir a público com campanhas. Aquela campanha foi uma maneira do CIP angariar mais dinheiro dos seus financiadores externos e aproveitar o fenómeno das dívidas ocultas para gerar confusão em Moçambique”**.

As OSC's tendem a especializar-se na indignação estéril

- Gabriel Muthisse, Economista

Gabriel Muthisse é economista, foi membro dos governos do Presidente Armando Emílio Guebuza tendo exercido as funções de Ministro dos Transportes e Comunicações e Vice-ministro das Pescas.

Em resposta à nossa pergunta sobre a sua impressão em relação ao CIP registamos que **“a avaliação que eu faço em relação ao CIP será genérica, no atinente a todas as Organizações da Sociedade Civil moçambicanas. A minha percepção é que elas estão a tender a especializar-se na indignação estéril. Na zanga estéril. Por que é que digo isso? Vamos pegar, por exemplo, o objecto do CIP: luta contra a corrupção, ou luta pela integridade. Em primeiro lugar, se você não define metas alcançáveis nessas duas áreas, vai passar a vida a fazer discursos indignados, porque no País há corrupção, porque no País não há integridade. Mas é possível na luta contra a corrupção ou na luta pela integridade estabelecer metas alcançáveis: 5 anos, em 1 ano, em 10 anos”**.

Na sua explanação, o antigo ministro dos Transportes e Comunicações referiu-se várias vezes à generalidade das OSC voltando sempre ao nosso tema central. Observou ainda que **“o CIP e a maioria de outras organizações da sociedade civil, não sabe estabelecer pontes. Como é que isso se verifica? Verifica-se pelo pressuposto que elas assumem ou que transmitem: “nós somos os puros, nós somos os únicos interessados na limpeza do País; nós somos os únicos interessados no desenvolvimento do País; os outros, principalmente o lado do governo, são corruptos, quando se reúnem só decidem coisas que lhes permitem roubar; são incompetentes, são incapazes, são ladrões...”**

Ainda na senda da “harmonização” das posições do governo e das organizações da sociedade civil em geral e do CIP, em particular, sugere que elas deviam mostrar que **“essa necessidade existe. Pelo que tenho visto e lido mostra que essas organizações não sentem essa necessidade. Às vezes especula-**



se que é por causa do tipo de financiamento que recebem e que a ideia é mesmo essa, de diabolizar o governo. Especula-se. Não tenho elementos para avaliar se é verdade, ou não”.

No fim da nossa conversa, quisemos saber do Dr. Muthisse que aspectos destaca na actuação do CIP e sem hesitar respondeu-nos que **“destaco a sua preocupação de lutar contra a corrupção. Há um aspecto que eles jogaram um papel importante mesmo no tempo em que eu estava no Governo. Foi na questão da indústria extractiva. Se Moçambique, naquela altura, deu os avanços que deu, em parte, foi por causa do papel de uma instituição como o CIP. E justamente porque há uma experiência de um assunto que caminhou bem, é evidente que essa experiência deveria ter sido capitalizada, para pegar noutros assuntos.**

O CIP tem influenciado decisões e processos de governação em Moçambique

- José Jaime Macuane, Docente universitário



José Jaime Macuane é Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). É docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da “Universidade Eduardo Mondlane”. Fez parte da equipe técnica da Unidade de Reforma da Administração e Finanças do Estado (UTRAF).

Segundo Macuane, **“o CIP tem um papel inquestionável e incontornável na defesa das questões de integridade pública, é a organização mais activa e proeminente na defesa da integridade pública em Moçambique.**

A sua actividade tem sido consistente e ininterrupta nestes 15 anos de sua existência. Um elemento de destaque do CIP é a advocacia baseada em sólida pesquisa e produção de evidências e conhecimento sobre os assuntos de governação no geral, integridade pública em particular e, nos últimos tempos, a temática da indústria extractiva. A isso se combina a vertente de jornalismo investigativo, que permite trazer evidências e divulgá-las de uma forma acessível a um público mais amplo e diversificado, melhorando assim o acesso à informação. O CIP tem influenciado decisões e processos de governação no país nos últimos anos. Alguns destaques que posso dar são a legislação anti-corrupção, a transparência orçamental e a observação eleitoral, a partir da divulgação do seu trabalho e das suas acções de advocacia. Em síntese, o CIP tem sido um dos actores importantes na promoção da boa governação e da democracia em Moçambique”.

Na mesma senda quisemos saber o que o Professor Macuane salienta nestes quinze anos da instituição e ele disse-nos que, **“os destaques podem ser retirados da resposta anterior, mas poderia reiterar a sua advocacia pelas questões de integridade pública, gestão de finanças públicas e o processo político moçambicano, com destaque para os processos eleitorais. Um elemento a destacar no CIP é a sua contínua relevância na sociedade civil moçambicana através da qualidade das suas intervenções no espaço público, embasadas numa sólida pesquisa jornalística e científica”.**

O CIP marcou uma época

- Tomás Vieira Mário, Jornalista

Tomás Vieira Mário é jornalista de profissão, com formação em Ciências Jurídicas. Foi correspondente da Agência de Informação de Moçambique (AIM) em Lisboa e em Roma. Em 2012, fundou o Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI, instituição independente vocacionada à amplificação da voz dos mais fracos e desfavorecidos.

Questionado sobre o trabalho realizado pelo CIP desde a sua oficialização em 2005 disse que **“o CIP é uma daquelas organizações da sociedade civil que vieram marcar uma época. Anunciar, com as suas acções, uma nova fase da nossa história política. A fase de um Estado que se vai construindo no meio de muitas incertezas, de muitas mudanças muitas vezes mal anunciadas, mal conhecidas, mal geridas, que deixam muitos assuntos por esclarecer, implicando que o cidadão sinta muita falta de informação, sinta falta de mais acesso ao conhecimento”**.

Destacando as fases do anúncio de grandes projectos de exploração de reservas de recursos naturais na região Norte do País e a das privatizações das empresas, lembrou que começaram a aparecer sinais de que **“aquele Estado de partido único, dirigido de uma forma centralizada estava a soçobrar e das suas cinzas nascia um contexto muito complicado, em relação ao qual o cidadão necessitava de mais informação. Informação mais investigada; informação mais processada. É neste contexto que surgiu o CIP”**.

Na sua qualidade de activista social, Tomás Vieira Mário mostrou-nos que é uma pessoa que acompanha e aprecia o trabalho realizado pelo CIP dado que **“aparece como um grupo de pessoas ousadas a falar, no princípio, quase de coisas proibidas; coisas que eram tabus: não se podia inquirir sobre a vida dos governantes, ou o andamento dos dossiers de governação, isso era uma ousadia. Perguntava-se: “Quem vos deu o mandato de questionar ao governo? O sistema aqui está claro. Quem vos elege a vocês para pedir contas ao Estado? (risos)”**. Foi preciso uma resistência para mostrar que o cidadão é ele, afinal, em nome de quem vocês fazem o que fazem, o vosso patrão, como mais tarde se disse”.



Neste depoimento, fez uma leitura das diferentes fases da nossa história. Observando que ela se confunde, sobretudo nos últimos 45 anos, com a história da FRELIMO tendo sublinhado que **“houve vezes que o CIP entrou em confrontação directa com o Estado. Sobretudo em áreas em que não era fácil ter “penetração”. Especialmente quando publicava relatórios anuais sobre transparência: com informação sobre o sistema de governação, sobretudo no atinente aos contractos. Os grandes contratos da indústria extractiva, por exemplo, os grandes actos de corrupção no Procurement do Estado, Tudo isso, para aquilo que era a cultura da época, eram coisas muito estranhas.**

O CIP começou a habituar ao cidadão, que não há segredo do Estado que supere o interesse do cidadão. O segredo do Estado deve ser aquele que ajuda ao cidadão e não aquele que o bloqueia. Foi um processo de aprendizagem e de ensino à população. Ela passou a saber que é possível pedir informação, é possível interrogar os poderes públicos. É possível investigá-los de forma independente e trazer informação ao de cima. Penso que foi **uma fase muito importante”**, enfatizou.

15 ANOS
PROMOVENDO
A TRANSPARÊNCIA
E ANTICORRUPÇÃO

HISTÓRIAS DE SUCESSO

1. FINANÇAS PÚBLICAS

1.1. O Caso dos Aeroportos de Moçambique, E.P.

A situação actual de quase total falência da Empresa Aeroportos de Moçambique, E.P é reflexo de como os dinheiros das empresas públicas moçambicanas são utilizados para outros fins, e não em benefício delas próprias. Exemplo disso é o que acontece nos períodos eleitorais, quando as empresas públicas funcionam como uma espécie de ‘sacos azuis’, com os seus fundos a serem desviados para apoiar as campanhas do partido no poder.

São escassas as informações disponíveis sobre os relatórios e contas das empresas públicas. Por isso, o pilar de Finanças Públicas decidiu elaborar um trabalho profundo sobre Aeroportos de Moçambique¹, que consistiu em ter acesso aos relatórios de contas, fazer análises detalhadas, e apurar se a informação veiculada sobre o estágio financeiro daquela empresa pública corresponde à verdade.

Com base na informação disponível, fez-se a análise “Empresa Aeroportos de Moçambique: Mais um ónus para as gerações futuras”. De forma resumida, a análise provou que de 2012 a 2016:

A empresa vinha acumulando prejuízos de aproximadamente 7,7 mil milhões de meticaís, até 2016;

- ✓ A empresa tinha dívidas acumuladas de quase 14,4 mil milhões de meticaís, até Dezembro de 2016;
- ✓ O rácio de endividamento, em 2016, foi de 67%;
- ✓ A empresa, mesmo em situação de incumprimento, beneficiava de outros empréstimos; e
- ✓ A interferência política fez com que a empresa realizasse investimentos sem viabilidade/sustentabilidade – os casos dos Aeroporto de Nacala e do Aeroporto de de Xai-Xai².



Resumo

A empresa Aeroportos de Moçambique, Empresa Pública (ADM, EP), pelo tipo de actividades que desenvolve ser das empresas públicas mais lucrativas do país. No entanto, de acordo com os Relatórios e Contas da empresa (de 2012 a 2016), esta empresa é a que aporta a maior parte das empresas com intervenção do Estado, nomeadamente acumulação de prejuízos e índices de má gestão.

A má gestão de qualquer empresa pública representa um fardo para o Orçamento do Estado. No caso da ADM, para além de estar a somar prejuízos que se vem acumulando ano após ano, representa um custo para as contas públicas no presente e certamente será um ónus para as gerações futuras. Isto devido ao peso elevado de empréstimos de longo prazo e em moeda estrangeira para os quais a empresa não gera recursos suficientes para pagar.

Os documentos financeiros da empresa indicam que parte das suas receitas e em moeda estrangeira, contudo estas não têm sido suficientes para cobrir os elevados custos de serviço da dívida o que significa que as variações cambiais (preçosmente em casos de depreciação, como ocorreu em 2016) têm um efeito altamente prejudicial sobre os resultados financeiros desta empresa.

Se, por um lado, a depreciação impulsiona positivamente o volume de negócios (tal como aconteceu em 2016), por outro lado, a depreciação também tem um efeito altamente prejudicial sobre os resultados financeiros desta empresa.

MAGAZINE independente



¹ <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/04/EMPRESA-AEROPORTOS-DE-MOC%CC%A7AMBIQUE-1.pdf>

² <https://www.aeroportos.co.mz/post/2018/10/09/pr-lan%C3%A7a-primeira-pedra-para-constru%C3%A7%C3%A3o-de-aeroporto-de-xai-xai>

Governo procura melhor solução para a dívida da Aeroportos

- Imprimir
- Email

Publicado em: **Economia**

NOTÍCIAS MEDIATECA RÁDIO APRENDER ALEMÃO

ANGOLA MOÇAMBIQUE GUINÉ-BISSAU CABO VERDE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE INTERNACIONAL

NOTÍCIAS

NOTÍCIAS

Aeroportos de Moçambique: "Fardo para as contas públicas"

O CIP garante que a má gestão e a interferência política são dois fatores para o buraco nas finanças da empresa pública Aeroportos de Moçambique, que mesmo assim vai avançar para a construção do Aeroporto Xai-Xai.

The screenshot shows a news article from LUSA (Lusitana) with the headline "Aeroportos de Moçambique saem do 'vermelho' com 1,45 milhões de meticais de lucro". The article is dated 9 nov 2018 10:14 and is categorized under "Economia". A yellow banner indicates "Este artigo tem mais de um ano". The article text states: "A empresa Aeroportos de Moçambique registou um lucro de 1,45 milhões de meticais em 2017 contra um prejuízo de 7,6 milhões de meticais em 2016, indicam o relatório e contas divulgados hoje." There is also a "TRIPLE PLAY" advertisement on the right side of the article.

Depois de ter sido publicada, a análise sobre a empresa pública Aeroportos de Moçambique foi difundida massivamente pela imprensa³.

Em resposta à publicação:

- A empresa entrou em contacto com o CIP para tentar esclarecer a informação veiculada por esta organização e pelos diferentes órgãos de comunicação social;
- Os gestores dos Aeroportos de Moçambique chamaram a imprensa para apresentar o panorama financeiro da empresa em 2017⁴, numa tentativa de contrapor as evidências levantadas pelo CIP;

- A análise do CIP serviu de estímulo para os gestores da Aeroportos de Moçambique publicarem os relatórios e contas da empresa, uma prática que antes não era habitual;
- As contas dos Aeroportos de Moçambique foram congeladas pelo Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, devido a uma dívida com a banca; e
- O governo pronunciou-se⁵, informando que estaria a procura da melhor solução para a dívida dos Aeroportos de Moçambique; e
- O tribunal confiscou os bens dos Aeroportos de Moçambique⁶.

³ <https://www.dw.com/pt-002/aeroportos-de-mo%C3%A7ambique-fardo-para-as-contas-p%C3%ABlicas/a-49383748>; <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/aeroportos-de-mocambique-fardo-para-as-contas-publicas>; https://macua.blogs.com/mocambique_para_todos/2019/06/aeroportos-de-mo%C3%A7ambique-fardo-para-as-contas-p%C3%ABlicas.html; <http://docplayer.com.br/75037273-Empresa-aeroportos-de-mocambique-mais-um-onus-para-as-geracoes-futuras.html>

⁴ <https://noticias.sapo.mz/economia/artigos/aeroportos-de-mocambique-saem-do-vermelho-com-145-milhoes-de-meticais-de-lucro>

⁵ <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/91264-governo-procura-melhor-solucao-para-a-divida-da-aeroportos>

⁶ <http://www.magazineindependente.com/www2/tribunal-executa-aeroportos-mocambique/>

1.2 Descentralização Fiscal - O Caso dos Municípios

A reforma da descentralização, aprovada pela Lei nº1/2018 de 12 de Junho, foi um marco político importante na história de Moçambique. O contexto actual das Finanças Públicas não favorece uma descentralização activa dos recursos.

A descentralização requer que a partir do Governo Central para os governos sub-nacionais - de cima para baixo - haja uma mudança de autoridade e de recursos. Essa alteração vai permitir o aumento das fontes de receita e responsabilidades da despesa ao nível sub-nacional.

Nas verdadeiras democracias, onde a descentralização é prática normal, o controlo sobre a utilização dos recursos passa dos governos centrais para cidadãos e eleitores, que são os derradeiros usuários dos bens e serviços.

Foi por essa razão que o CIP enveredou por análises focalizadas nas Finanças Municipais sobre a situação actual e as suas implicações, para apresentar recomendações sobre essa matéria. Uma das constatações do CIP foi de que o modelo actual

de gestão das Finanças Municipais é precário, opaco e pouco escrutinado.

Também constatou que os sistemas de transferências dos recursos para as autarquias são pouco transparentes, menos previsíveis, além de estimularem as desigualdades sociais. Agrava esse cenário o facto de os municípios não estarem integrados (até à altura da publicação do texto) no sistema de administração do Estado (SISTAFE), tornando moroso o processo de descentralização municipal.

A análise permitiu igualmente que fossem apresentadas recomendações de curto/médio prazo para melhorar o processo de descentralização⁷ no País. Concluiu-se haver necessidade de transferir as responsabilidades sobre receita e despesa para os níveis sub-nacionais do Governo, tendo em conta a capacidade que eles têm de prestar serviços públicos. Foi enfatizada a importância de um sistema político menos centralizado, o que poderá conferir aos governos sub-nacionais a capacidade de influenciar as decisões de nível local.

Após a publicação da análise sobre este processo, o CIP foi convidado a tecer comentários em torno da proposta sobre legislação das Finanças Descentralizadas, os quais foram incorporados na já aprovada lei. O respectivo texto foi reconhecido pelos consultores do PEFA como guião para avaliação dos municípios. Trata-se de um processo iniciado no ano passado, como parte das análises do livro Desafios 2019 produzido pelo IESE⁸.

No dia 21 de Fevereiro deste ano, o CIP foi convidado para a cerimónia de lançamento do sistema da gestão autárquica (SGA), uma plataforma implementada com morosidade, situação que concorreu para a falta de transparência na gestão de Finanças Públicas a nível das autarquias.

A contribuição do CIP jogou um papel-chave na pressão que foi feita para a concretização da plataforma acima referenciada, que neste caso específico contribuiria na melhoria da qualidade de prestação de contas nos municípios de Maputo, Matola e Boane. Houve promessa de se abranger gradualmente os restantes municípios.



Descentralização fiscal sem enquadramento no contexto actual das finanças públicas

8 Maio 2019

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

Lei que define o Regime Financeiro e Patrimonial dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial - Lei n.º 16/2019, de 24 de Setembro

Artigo 12
Gestão de Tesouraria Provincial

Os órgãos de governação descentralizada provincial têm gestão autónoma da sua tesouraria, garantindo a unicidade da Tesouraria do Estado.

⁷ Jornal Magazine Independente: Artigo sobre descentralização fiscal (16 de Maio), jornal Zambeze: Artigo sobre descentralização fiscal

⁸ http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_cbanze.pdf <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/4500-governo-lanca-sistema-de-gestao-autarquica>

HOT Banda Kakana lança videoclipe com o tema "Eu uso máscara"

Home Desporto Destaques Economia Galerias Internacional Política Sociedade

Destaques - Política

Finanças públicas não favorecem descentralização dos recursos

Posted on 16 Maio, 2019 by Elton Pila | 837 Views

Comentários fechad



DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL EM MOÇAMBIQUE: O CASO DOS MÚNICÍPIOS

Celeste Banze

Encontro com missão de avaliação PEFA Inbox x



Dato Vilissa <dato.vilissa@gmail.com>
to me, Jean-Michel, Champomier, Charles

Mon, Aug 5, 2019, 10:03 AM ☆ ↶ ⋮

Portuguese > English [Translate message](#)

Turn off for: Portuguese x

Prezada Sra. Celeste Banze Filipe,

Muito obrigado pela conversa telefónica de há pouco.

Como mencionei, fui recentemente contratado para fazer parte duma equipa de consultores que vai conduzir a avaliação PEFA nos municípios de Maputo e da Matola. O lançamento oficial do exercício terá lugar esta quarta-feira ao qual se seguirá o trabalho de campo no município de Maputo por pouco mais de uma semana. O trabalho na Matola terá lugar no próximo mês de Setembro.

É no âmbito desse trabalho que gostaria de solicitar um encontro entre a equipa de três consultores e consigo para discutir questões relacionadas com finanças descentralizadas e gestão de finanças públicas em geral. O seu trabalho publicado este ano sobre finanças descentralizadas - com o qual ficamos bastante impressionados - será certamente incontornável na nossa conversa.

Tomei nota da sua disponibilidade para o encontro na próxima terça-feira 13 de Agosto, ou às 10h00 ou às 14h00. Como prometi, voltarei a contactar-lhe assim que eu e os meus colegas nos sentarmos para finalizarmos o nosso programa de trabalho.

Até breve e melhores cumprimentos,

Dato Vilissa

Governo lança Sistema de Gestão Autárquica

Ir



1.3 Parceria com o International Budget Partnership (IBP)

A publicação do Índice de Orçamento Aberto é um marco internacional que resulta de uma pesquisa coordenada pelo *International Budget Partnership* (IBP), realizada em mais de 100 países. Em Moçambique, desde a primeira vez que o país fez parte, em 2010, tem sido o CIP a organização local que tem trabalhado com o IBP¹.

Esta parceria tem sido tão proveitosa e vantajosa para ambas as instituições, de tal forma que o CIP continuará a ser a organização que lidera esse exercício em Moçambique no próximo exercício que inicia em Janeiro de 2021.

Durante este exercício, o CIP empenha-se em partilhar o estágio actual da transparência orçamental, níveis de participação pública e capacidade de fiscalização orçamental e seus desafios associados numa pesquisa bastante relevante a nível internacional. O CIP como parceiro do IBP é um actor activo no processo de interacção com as instituições relevantes para a pesquisa, nomeadamente: Ministério de Economia e Finanças (MEF), Tribunal Administrativo (TA) e Assembleia da Republica (AR), de modo a garantir que o questionário seja respondido na sua totalidade. Em fases posteriores, estas observações são comentados pelo Governo e por um avaliador independente².

Em termos de resultados, esta pesquisa produz o índice de orçamento aberto, atribui uma pontuação para a participação pública e para a capacidade de fiscalização orçamental. Estes indicadores são

mensurados com base em informações e acções realizadas a nível do Governo Central.

Os resultados do Índice de Orçamento Aberto 2019 e publicados em 2020 foram divulgados num momento em que o mundo se debate com a pandemia do Covid-19, uma ameaça à saúde pública, à economia de Moçambique. A pandemia tem gerado uma mudança total na dinâmica quotidiana, na medida que os cidadãos e instituições do mundo inteiro lutam para conter o alastramento do vírus e reduzir o seu impacto. Isto torna a pesquisa mais relevante do que nunca, uma vez que o orçamento desempenhará um papel central nas respostas do governo para fazer face a essa pandemia e a todas as consequências que ele traz.

A conjuntura actual mostra que maior transparência nos gastos do governo e um maior espaço para a participação pública no processo orçamental permitirá que governos e sociedade civil trabalhem juntas para enfrentar esta epidemia.

O facto de Moçambique ter tido, em 2019, uma pontuação de 42 em 100 em termos de transparência orçamental, 11 em 100 em termos de participação pública e 50 em 100 na fiscalização orçamental, impõe mais desafios e reduz a confiança dos cidadãos em relação à forma como serão geridos os recursos alocados para fazer face ao COVID-19 no país. Portanto há ainda um grande caminho a se percorrer com vista a tornar o orçamento publico mais transparente e responsivo para as necessidades actuais³.

¹ <https://www.internationalbudget.org/>

² <https://cipmoz.org/2020/04/27/conferencia-de-impressa-lancamento-do-indice-de-orcamento-aberto-2019/>

³ <https://www.diarioeconomico.co.mz/2020/04/30/governo-nao-e-transparente-nas-contas-publicas-refere-o-indice-de-orcamento-aberto/>
https://www.newsiaep.com/moz_news/mocambique-sobe- apenas-um-ponto-na-transparencia-orcamental/
<https://www.voaportugues.com/a/n%C3A3o-h%C3A1-transpar%C3%Aancia-no-or%C3%A7amento-de-estado-diz-o-cip/5571281.html>

2. INDÚSTRIA EXTRACTIVA

2.1. Publicação de Contratos no Sector Extractivo

Os termos da publicação de contratos das operações mineiras e petrolíferas no sector extractivo em Moçambique tornaram-se uma referência, contrariamente ao que vinha acontecendo. A importância de publicar contratos resulta do facto de os termos inerentes às operações mineiras e petrolíferas das empresas internacionais em Moçambique constarem nos contratos.

Antes de 2013, os contratos do sector extractivo eram confidenciais, alegadamente como forma de garantir o sigilo comercial. Essa prática era incentivada pelas leis de minas e petróleos, por nelas não estarem claramente especificados os propósitos do Governo de tornar público os referidos contratos.

A publicação dos contratos do sector extractivo devia constar no Boletim da República, na proposta da Lei de Minas que incluía um vasto leque de restrições para proteger o sigilo comercial. Na proposta da Lei de Petróleo deveriam ser tornados públicos apenas os principais termos do contrato de concessão. Essa prática, que estava em conformidade com a Lei de Parcerias Público-Privadas (PPPs) (Artigo 23, Lei 15/2011), fazia transparecer que para o Governo não havia qualquer distinção entre o sector petrolífero e outros projectos de grande escala.

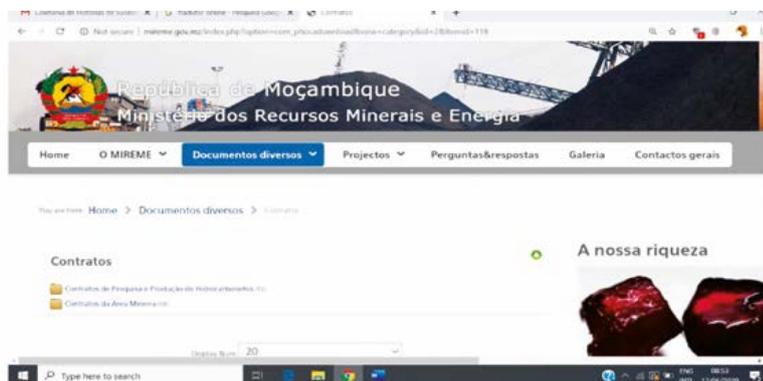
A necessidade da transparência no sector extractivo era aparentemente ignorada, mas essa percepção alterou-se no dia 3 de Dezembro em 2013 quando o Governo iniciou o processo de publicação dos contratos, depois de uma intensa campanha encabeçada pela sociedade civil. Na referida campanha, o CIP teve uma actuação preponderante através das análises⁹ tornadas públicas, e da advocacia cuja informação foi replicada por vários órgãos de

comunicação (veja imagem abaixo).

Foi esse papel do CIP que permitiu a transparência dos contratos assinados com as multinacionais do sector extractivo para exploração dos recursos minerais em Moçambique. Todos os contratos do sector de hidrocarbonetos foram publicados, assim como alguns do sector mineiro.

Nas novas leis de minas e do petróleo de 2014 passou a ser obrigatória a publicação dos contratos relativos ao sector extractivo. Antes da aprovação das leis em causa, a garantia de publicação ou não dos contratos era definida contratualmente. Apesar de Moçambique ter adoptado o sistema de publicar contratos, até 2015 nem todos eles eram do domínio público. É por essa razão que ainda prevalecem alguns desafios no processo de tornar transparentes os contratos do sector extractivo. É obrigatória a inclusão das adendas (assinadas) dos contratos que agora são publicados. Nos mesmos contratos devem constar também as alterações fiscais que podem ter significativa importância na relação entre o Estado e as empresas.

A publicação de contratos representa um passo importante para a transparência do sector extractivo, já que entre outros benefícios permite aos interessados, com base num documento concreto (o contrato), exigir uma prestação de contas pelas actividades realizadas. A transparência e prestação de contas são condições imprescindíveis para a boa governação do sector extractivo por onde circulam valores financeiros elevados, e se explora um recurso esgotável. Mesmo que se alcancem os resultados desejados sobre uma determinada acção e advocacia, a continuidade da monitoria é necessária face à possibilidade de surgirem desafios adicionais. Na prática, todos os contratos são agora do domínio público, apesar da existência de adendas que ainda não foram publicadas. Isso reforça a importância de o CIP monitorar as acções dos referidos contratos.



Fonte: MIREME, 2020

⁹ Veja alguns exemplos em <https://cipmoz.org/category/industria-extractiva/>

2.3. Melhoria na Disponibilização de Dados no Sector Extractivo

A nível global existe um movimento para promoção de uma gestão transparente e responsável dos recursos naturais. Tal objectivo consegue-se através da publicação de informação relativa à cadeia de valor da indústria extractiva (desde o ponto de extracção dos recursos até à forma como eles beneficiam a população). As instituições envolvidas na indústria extractiva deverão publicar informações que facilitem a avaliação, por parte de outros actores, dos reais benefícios para a economia no geral, e população em particular, o que permite influenciar positivamente a correção de eventuais desvios.

Nas suas análises, o CIP constatou que a informação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), concretamente no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), não apresenta detalhes suficientes para se aferir a contribuição da indústria extractiva desagregada pelos sectores mineiro e de hidrocarbonetos. Para melhorar os dados apresentados no website do INE, o CIP solicitou um encontro para apurar a melhor forma de avaliação do contributo dado pelo sector extractivo para o PIB.

O INE ficou por marcar uma reunião em que essa matéria seria esclarecida. Mas o Instituto Nacional de Minas (INAMI), em parceria com o INE, escreveu uma carta a solicitar uma contribuição do CIP na melhoria dos questionários que deveriam ser usados na realização do primeiro censo de Mineradores Artesanais (abaixo a carta enviada ao INE e respectiva resposta, assim como aquela que o INAMI recebeu).

A falta de dados detalhados e credíveis do sector extractivo pode resultar na falta de transparência. Isso dificultaria uma análise dos reais benefícios do sector extractivo, para os cidadãos nacionais.

Apesar de no questionamento do CIP não ter havido a frontalidade necessária, constatou-se a existência de uma certa preocupação por parte do INE em detalhar a informação estatística publicada, o que poderá contribuir para que haja transparência.

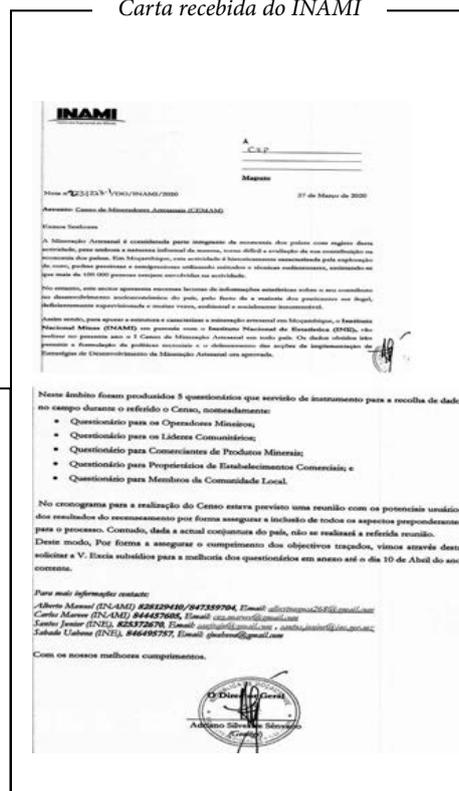
Carta enviada ao INE



Resposta recebida do INE



Carta recebida do INAMI



3. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

3.1 Pesquisa e Advocacia para Reforma do Sistema de Desembaraço Aduaneiro: Janela Única Electrónica

Implementada em 2011 como reforma de terceira geração no sistema de desembaraço aduaneiro em Moçambique, a Janela Única Electrónica (JUE) trouxe grandes expectativas. Esperava-se que a JUE iria reduzir o tempo de desembaraço aduaneiro, incrementar as receitas do Estado e diminuir os níveis de fuga ao fisco. Pensava-se que o processo de desembaraço aduaneiro seria mais transparente, uma vez que as transações passariam a ser feitas electronicamente, incluindo o pagamento de todas as despesas via banco.

A introdução da JUE implicava a extinção do Trade Information and Management System (TIMS), primeiro sistema informático usado pelas Alfândegas de Moçambique na tramitação do comércio internacional. No entanto, o TIMS continuou a funcionar paralelamente com a JUE em muitos postos de cobrança de receitas do comércio externo, e na importação de determinadas mercadorias de elevado valor monetário. Em Novembro de 2016, o CIP publicou e apresentou um estudo sobre a reforma da JUE, no qual fazia referência ao facto de até essa altura pelo menos 30% de todos os processos de desembaraço aduaneiro continuarem a ser feitos através do TIMS. Este sistema era usado para importações em postos fronteiriços onde ainda não tinha sido instalada a JUE devido a alegada falta de infraestruturas e serviços indispensáveis para o seu funcionamento, tais como agências bancárias, internet e electricidade. Utilizava-se o TIMS nas importações, com os pagamentos a serem feitos à base da contabilização, e no contrabando, através de importações à margem dos livros de

registo. Entre várias outras aplicações, o TIMS era também usado nas importações dos considerados grandes projectos do Estado, como aconteceu com o material e equipamento para construção da Estrada Circular de Maputo. As mercadorias de alto custo como medicamentos e combustíveis refinados eram igualmente importadas com recurso ao TIMS, evitando-se assim a prestação de contas a quem quer que fosse, bem como o pagamento de todos os direitos, tarifas e outras imposições. Esta situação representava grande perda para o Estado, era um acto de corrupção que facilitava o tráfico ilegal. O uso paralelo do TIMS e da JUE violava a lei que considera o primeiro daqueles sistemas (TIMS) um processo descontinuado, desde que se introduzisse o segundo (JUE)¹³.

O estudo do CIP foi apresentado e debatido em Maputo num encontro que juntou diferentes parceiros, incluindo representantes das Alfândegas de Moçambique, da Autoridade Tributária, do Ministério das Finanças, agentes económicos, associações comerciais, imprensa e parceiros de apoio ao desenvolvimento¹⁴.

Entre as principais recomendações do estudo em causa constava a eliminação da utilização paralela do TIMS para desembaraço aduaneiro, e implementação integral dos pacotes das JUE em todos os pontos fronteiriços do País. Volvido um ano e meio, a Autoridade Tributária deixou de usar o TIMS, optando unicamente pela JUE. Na altura, tal viragem mereceu certos comentários por parte da imprensa que acompanhou a advocacia do CIP¹⁵.

¹³ CIP (2016), Janela Única Electrónica: Uma Reforma Comprometida - Procurement, Quadro institucional, processos, riscos, perspectivas, disponível em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2016/11/JUE.pdf> [acedido a 29 de abril de 2020, às 17h19]

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=h6C6aJdLQL8>

¹⁵ Zitamar (2017) Mozambique ends dual custom system in 'significant step for transparency', disponível em <https://zitamar.com/tag/tims/> [acedido a 29/04/2020, às 17h20]

3.2 Investigação e Exposição sobre Importação Ilegal de Viaturas e Fuga ao Fisco

Através de uma investigação que o CIP realizou em 2014 sobre as actividades do crime organizado em Moçambique, chegou-se à conclusão de que o grande prejuízo do Estado moçambicano na sequência daquele fenómeno era a fuga ao fisco e consequente fraca colecta de receitas.

Durante a investigação constatou-se que as acções do crime organizado incidiam na importação ilegal de viaturas, com envolvimento de partidos políticos, agentes das alfândegas, intermediários, Conservatórias de Registo Automóvel, Instituto Nacional dos Transportes Terrestres, entre outras entidades. Além de Moçambique, a investigação também abrangue a África do Sul, país vizinho onde a rede criminosa tinha tentáculos¹⁶. A iniciativa do CIP pôs a nu detalhes do ‘modus operandi’ da

rede do crime organizado, desde a aquisição de viaturas na África do Sul até começarem a circular em Moçambique sem pagar os devidos impostos, ou pagando-os com valores irrisórios. Foram publicadas listas de viaturas importadas por partidos políticos, designação dos artigos importados, livretes e títulos de propriedade falsificados. Todos estes detalhes contribuíram para que as autoridades lograssem dismantelar a rede.

Meses depois de a investigação do CIP ter sido publicada, as Alfândegas de Moçambique iniciaram a operação “Búfalo”, que levou à apreensão de milhares de viaturas importadas ilegalmente¹⁷, desmantelamento da rede criminosa e abertura de processos-crime contra os partidos políticos envolvidos no esquema¹⁸.

CIP NEWSLETTER Nº 01 | BOA GOVERNAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE | MARÇO 2014

Importação ilegal de viaturas: a máfia que custa milhões ao Estado

Em 2012 a Direcção de Investigação e Inteligência das Alfândegas de Moçambique apresentou, à imprensa, viaturas luxuosas apreendidas nas mãos de cidadãos particulares, importadas por partidos políticos beneficiando de isenções aduaneiras: sem pagar imposto. Uma investigação do Centro de Integridade Pública (CIP) revela, não só os importadores das viaturas apreendidas pelas Alfândegas – que nunca tinham sido anunciados pelas autoridades – como também desvenda a rede de máfia de importação ilegal de viaturas, que funciona no País, envolvendo partidos políticos, despachantes aduaneiros, cidadãos importadores de viaturas e os dealers (intermediários).

Por: Borges Nhamire e Lázaro Mabunda

Localização: 1 de Junho de 2014 - 15:00:00 (UTC)

Partidos políticos moçambicanos processados por importação ilegal de viaturas

notícias
Moçambique

HOME POLITICA ECONOMIA OPINIÃO MULHER TECNOLOGIA INTERNACIONAL DESPORTO

IMPORTAÇÃO ILEGAL DE VIATURAS: Dez partidos sob investigação

Imagem: 1 de Junho de 2014 - 15:00:00 (UTC)

Imagem: 1 de Junho de 2014 - 15:00:00 (UTC)

Electricidade de Moçambique: mau serviço, não transparente e politizada

Borges Nhamire e Lázaro Mabunda

Centro de Integridade Pública
April 20, 2017 - G

Caso EDM tem processo-crime e 14 processos disciplinares da iniciativa da PGR

Atual o caso de gestão danosa da Electricidade de Moçambique – contratos adjudicados a figuras da elite sem concurso – que foi levantado pelo CIP em 2014 e com grande repercussão na imprensa e no Parlamento, teve tratamento criminal e disciplinar por iniciativa do Ministério Público. Segundo consta da página 169 do informe apresentado pela Procuradora Geral da República esta quarta-feira ao Parlamento, foi aberto processo nº 34/GCCC/2015-IP, a 04 de Agosto de 2015, no qual gestores da EDM são indiciados de terem celebrado contratos (...) sem observância de procedimentos legais.

Foi ainda solicitada uma auditoria forense às contas da EDM. Foi ainda instaurado um processo administrativo pela PGR com o número 24/PGR/2015, que depois resultou em 14 processos submetidos ao Tribunal Administrativo para a responsabilização Financeira.

A culpa não deve morrer só!

Para ler o relatório do CIP que dispoletou o caso EDM, <http://www.cipmoz.org/.../78-electricidade-de-mocambique-ma-...>

¹⁶CIP (2014): Importação ilegal de viaturas: a máfia que custa milhões ao Estado, disponível em https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/295_CIP_Newsletter_nº01_2014.pdf [acedido a 29/04/20, às 17h23]

¹⁷Jornal Notícias (2014), Baleado director-adjunto da Autoridade Tributária, disponível em <http://www.verdade.co.mz/brasilde2014> [acedido a 29 de abril de 2020, às 17h14]

¹⁸Jornal A Verdade (2014), Partidos políticos envolvidos em fraudes fiscais, <https://jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/17126-importacao-ilegal-de-viaturas-dez-partidos-sob-investigacao> <http://www.verdade.co.mz/component/content/article/46642-partidos-politicos-envolvidos-em-fraudes-fiscais> [acedido a 29 de abril de 2020, às 17h14] <https://portugaldigital.com.br/partidos-politicos-mocambicanos-processados-por-importacao-ilegal-de-viaturas/>

3.3 Adjudicação de Contratos na EDM, E.P.

Uma pesquisa iniciada em 2014 pelo CIP, que culminou com denúncia independente sobre a gestão danosa da Electricidade de Moçambique (EDM), serviu de base para vários debates que influenciaram as mudanças estruturais no sector da energia eléctrica em Moçambique.

Na referida pesquisa¹⁹ foram abordados diversos assuntos, incluindo a qualidade da electricidade distribuída pela EDM, tarifas praticadas, concursos públicos ('procurement') para contratação de bens e serviços. Ficou evidente que nos concursos públicos para contratação dos fornecedores de bens e serviços a EDM não respeitava as regras do 'procurement', beneficiando empresas detidas pelas elites políticas. Exemplo elucidativo disso aconteceu em 2013, aquando da substituição dos cabos eléctricos de média tensão na zona urbana da capital moçambicana, Maputo. Nessa empreitada, a EDM contratou uma companhia para executar um trabalho que devia ter sido feito pelos trabalhadores daquela empresa pública, pois tratava-se de uma actividade rotineira para melhorar as condições da rede eléctrica.

O estudo do CIP trouxe evidências²⁰ que ajudaram num debate público informado sobre o sector da energia, tendo sido usado como referência em vários trabalhos jornalísticos e académicos. As evidências do CIP tiveram grande impacto tanto na imprensa como

na Assembleia da República²¹. Entre os resultados do estudo em causa incluem-se:

- ✓ Cancelamento pelo PCA da EDM de alguns contratos para fornecimento de serviços àquela empresa, e abertura de processo-crime 14. Também foram abertos processos disciplinares pela Procuradoria-Geral da República (PGR), processo n^o 24/PGR/2015, submetido ao Tribunal Administrativo para a responsabilização financeira do envolvidos.
- ✓ No informe da PGR apresentado na AR a 04 de Agosto de 2015, consta que foi aberto um processo (n^o 34/GCCC/2015-IP) no qual os gestores da EDM são indiciados de terem celebrado contratos (...) sem observância dos procedimentos legais;
- ✓ O então PCA da EDM, Mateus Magala, criou um gabinete anticorrupção na empresa, e pediu ao CIP para ajudá-lo na elaboração do código de conduta da EDM; e
- ✓ O estudo teve influência na medida tomada pela AR de propor a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) visando investigar as falcatruas na EDM que tinham sido denunciadas pelo CPI, o que não aconteceu com argumento de que esse assunto já estava sob investigação da PGR.

¹⁹https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/11/339_Relato%CC%81rio_Electricidade_de_Moc%CC%A7ambique.pdf

²⁰<https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/estudo-coloca-tarifas-da-electricidade-de-mocambique-entre-as-mais-altas-da-regiao21http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/ar-chumba-proposta-de-comissao-parlamentar-para-investigar-edm>

²¹<http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/ar-chumba-proposta-de-comissao-parlamentar-para-investigar-edm/>

4. ANTICORRUPÇÃO

4.1 O caso das Cartas de Condução

Um dos mais prolapados casos que mereceu uma investigação do Centro de Integridade Pública (CIP) foi o da venda de cartas de condução no Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER), em Maputo, com a conivência de alguns funcionários daquela instituição.

Durante a investigação constatou-se que mediante o pagamento de 50 mil meticais era possível obter rapidamente uma carta de condução no INATTER, sem que para isso fosse exigido qualquer requisito ao candidato, como inscrição numa escola de condução e realização dos exames de aptidão física. A fraude consistia em o candidato à compra da carta de condução entregar uma cópia do seu Bilhete de Identidade (BI) ao intermediário ou funcionário do INATTER, que se encarregava de cumprir com todo o expediente.

Para ter acesso a uma carta de condução de qualquer categoria, (ligeiro ou pesado, e até mesmo de serviço público), num prazo entre 30 e 45 dias, o candidato deveria desembolsar 50 mil meticais. Através de mecanismos legais a obtenção da carta de condução custa em média 15 mil meticais, e leva seis meses (desde a inscrição na escola até à obtenção da licença definitiva).

Uma carta de condução comprada, reconhecida pelas autoridades, em nada difere daquela que é obtida legalmente. Para verificação da autenticidade de uma carta de condução falsa foi necessário envolver um indivíduo fictício. O papel deste foi de ir ao INATTER pedir uma segunda via da sua carta de condução (comprada), que alegou ter perdido. O pedido foi correspondido sem qualquer tipo de suspeita. De acordo com os dados obtidos no INATTER durante a pesquisa, semanalmente são emitidas fraudulentamente naquela instituição entre

10 e 15 cartas de condução. O número total de cartas emitidas mensalmente situa-se entre 40 e 50. Trata-se de uma próspera indústria envolvendo sinuosos casos de corrupção, que movimenta cerca de 2,5 milhões de meticais por mês (cerca de USD 40 mil), só na cidade e província de Maputo. Anualmente atinge cerca de 600 o número de cartas de condução emitidas fraudulentamente, gerando uma receita para o mundo da corrupção estimada em 30 milhões de meticais. Este é um dos fenómenos que está por detrás da alarmante quantidade de acidentes rodoviários fatais que ocorrem nas estradas do nosso País. Em média, semanalmente os acidentes de viação que ocorrem nas estradas nacionais matam 30 pessoas, colocando Moçambique entre os 20 países do mundo com a taxa mais elevada de mortes por desastres rodoviários.

Depois da publicação do artigo sobre o esquema da venda de cartas de condução no INATTER, foram abertos processos disciplinares contra 28 funcionários daquela instituição pelo seu alegado envolvimento na emissão fraudulenta daqueles documentos na cidade de Maputo (in O País de 5 de Dezembro de 2019)³⁵. Em Dezembro de 2019 foi desmantelada na província de Sofala uma rede de funcionários do INATTER que vendiam cartas de condução (in O País de 31.12.2019). “Como resultado do artigo publicado pelo CIP, o Governo de Moçambique, através do Decreto 86/2019, passa a exigir “idoneidade” às escolas de condução em Moçambique” (in AVerdade de 26.12.2019). Das quatro escolas da Matola que foram encerradas por funcionar fora dos padrões exigidos pela lei, duas delas tinham fortes ligações com o esquema da venda de cartas de condução. O CIP apresentou uma queixa formal na Procuradoria da Cidade de Maputo para a responsabilização dos envolvidos no referido esquema.



Jovem esfaqueia mortalmente amigo em Maputo

Um jovem de 23 anos de idade esfaqueia mortalmente um amigo, com que estivera a consumir bebidas alcoólicas no passado sábado (23), após terem discutido e lutado no bairro de Albazine, na Cidade de Maputo.

Texto: Redacção

"O puto disse que não tem medo de mim, eu estava grosso e falei que também não tenho medo de ti posso-te dar porrada agora. lutei com o puto, depois vieram amigos dele bateram-me.

Consegui fugir, fui para casa onde levei faca e lhei esfaqueei" confessou a jornalista Mário Francisco agora detido pela Polícia da República de Moçambique.

A vítima mortal é outro jovem que não resistiu aos esfaqueamentos que sofreu no abdómen.

Governo passa exigir "idoneidade" às escolas de condução em Moçambique



A má formação dos automobilistas é apontada como uma das causas dos acidentes de viação terem-se tornado numa das principais causas de mortalidade em Moçambique, por isso o Governo tornou mais exigente a actividade de ensino de condução passando a exigir "idoneidade", instalações apropriadas e até definiu as características dos veículos a serem usados no ensino. As 153 escolas de condução em funcionamento tem 6 meses para conformar-se com o novo Regulamento em vigor desde Outubro.

Texto: Adérito Caldeira

Tempo fresco, continuação de aguaceiros com trovoadas neste 3ª feira

O Instituto Nacional de Meteorologia prevê o seguinte estado do tempo para esta terça-feira (26) em Moçambique:

Nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula céu pouco nublado com períodos de muito nublado. Continuação de aguaceiros acompanhados por vezes de trovoadas e chuvas fracas a moderadas localmente fortes. Vento de nordeste a leste fraco a moderado, soprando por vezes com rajadas.

Para as províncias de Tete, Zambézia, Manica e Sofala céu muito nublado. Continuação de aguaceiros com trovoadas ou chuvas fracas podendo ocorrer em regime moderado. Vento de leste a sueste fraco a moderado, soprando por vezes com rajadas principalmente na província de Manica.

Nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo céu pouco nublado temporariamente muito nublado. Possibilidade de aguaceiros acompanhados por vezes de trovoadas ou chuvas fracas podendo ocorrer em regime moderado no interior de Gaza. Vento de sueste a leste fraco a moderado.

Niassa, Nampula e Inhambane com restrições de electricidade

Alguns distritos das províncias do Niassa, Nampula estão sem energia eléctrica devido as chuvas e ventos fortes que fustigaram as regiões do Norte de Moçambique. Na Província de Inhambane outros distritos estão a receber electricidade com restrições devido a avaria na Central de Temane.

Texto: Redacção

Desde o fim da tarde deste domingo (24) que várias regiões da Província do Niassa estão sem energia devido a queda de 13 postes de transporte no Distrito de Mecanheles, 16 postes nos distritos de Nipepe e Metarica.

Na Província de Nampula ou-

tros 3 postes de transporte de energia caíram deixando o Distrito de Malema às escuras.

Em comunicado a Electricidade de Moçambique (EDM) aponta a chuva e ventos fortes como as causas das quedas dos postes e refere que "o temporal continua a in-

fluenciar na eficiência do trabalho em curso, uma vez que o transporte do material para a reposição passa por zonas pantanosas e de difícil acesso".

Mais à Sul os distritos de Inhassoro, Vilankulo, Maboite, na Província de Inhambane, e Machanga, na Provin-

cia de Sofala, estão a sofrer restrições no fornecimento da energia eléctrica devido a "uma avaria no sistema de refrigeração de um grupo gerador da Central de Temane, na província de Inhambane, provocando uma indisponibilidade da corrente eléctrica de 2.4 MW", justifica a EDM.

Confira as temperaturas previstas:

Cidade	Máx °C	Mín °C
Maputo	30	24
Xai-Xai	26	24
Inhambane	32	25
Vilankulo	32	26
Beira	31	25
Chimoio	30	22
Tete	32	25
Ouelimane	33	22
Nampula	34	23
Pemba	30	25
Lichinga	27	18



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

4.2. Legislação Anticorrupção em Moçambique

O fenómeno da corrupção é antigo em Moçambique, com raízes profundas, e a sua erradicação tem sido dificultada pelos seus praticantes. Nestes, incluem-se os que encontram na corrupção uma forma de sobrevivência, ou que a ela recorrem para satisfação de interesses pessoais, e aqueles cuja ambição é enriquecer ilicitamente.

Uma vez que combater a corrupção constitui uma prioridade do Governo, para o que este adoptou políticas e acções visando uma maior transparência na gestão da coisa pública, porém os corruptos têm intensificado as suas acções, obrigando a uma maior intervenção do sistema da justiça, tribunais em especial. A lista de exemplos é extensa.

No entender do CIP, para o controlo da corrupção devem existir leis e regulamentos que permitam uma actuação efectiva das autoridades judiciais. Ainda de acordo com aquela entidade, o estabelecimento de um quadro legal abrangente para viabilizar uma reacção penal efectiva contra a prática da corrupção nunca foi abordado de forma integrada e criteriosa, que permitisse dotar as instituições da Justiça dos instrumentos necessários para poderem agir. O quadro legal anticorrupção em Moçambique foi sempre precário, e a aprovação de uma Lei Anticorrupção (6/2004, de 17 de Junho) pelo Governo só ocorreu em 2004. Com a lei em causa a corrupção passou a ter duas definições. A primeira definição é a da corrupção passiva, aquela em que para realizar/omitir um acto que contraria aquilo faz parte das funções que exerce, o funcionário ou agente do Estado solicita uma vantagem patrimonial ou não. A segunda definição é a da corrupção activa, que consiste em oferecer uma vantagem patrimonial ou não ao funcionário ou agente do Estado para realizar um acto contrário às suas obrigações no cargo que ocupa.

O CIP manifestou a necessidade de urgentemente ser feita uma revisão profunda da Lei Anticorrupção e do seu regulamento, tendo em conta as suas insuficiências e deficiências que são do domínio público. Esse seria o primeiro passo no processo de revisão da legislação anticorrupção em geral.

Em princípio, nos aspectos a tratar na revisão da Lei 6/2004 constam:

- Definição das matérias a serem tratadas na Lei contra Corrupção. Eventual elaboração de novos diplomas legais para os assuntos que deverão ser retirados da Lei contra a Corrupção (por

exemplo, se a regulamentação do GCCC deverá ser autonomizada numa lei autónoma, se a cláusula contratual anticorrupção, e a brigatoriedade de fundamentar se os actos administrativos têm de ser incluídos nos Decretos n.º 54/2005, de 13 de Dezembro (Lei do “procurement”) e n.º 30/2001 (que aprovou as Normas de Funcionamento dos Serviços de Administração Pública, que já trata desta obrigatoriedade);

- Definição dos crimes que devem ser tratados na lei de ‘procurement’ (por exemplo, o peculato, mais conhecido por desvio de fundos do Estado, é crime de corrupção em todo o mundo e está previsto nas Convenções Internacionais ratificadas por Moçambique);
- Compatibilização da Lei com os crimes já previstos noutros diplomas legais, em especial o Código Penal, e criação de novos tipos legais de crimes (por exemplo, o tráfico de influências);
- Natureza jurídica, composição e consequentes poderes/procedimentos do GCCC; e
- Regulamentação da “protecção de denunciante e testemunhas” para que o Estado apresente medidas administrativas (da protecção) e viabilize a relação do público com o GCCC.

Para que em Moçambique haja um quadro regulatório anticorrupção compreensivo e actualizado, o CIP sugere ao Governo e à AR que tomem em consideração aspectos cuja regulamentação é urgente, como:

- Revisão da legislação sobre o conflito de interesses para membros do Executivo, introduzindo-se quarentenas e impedimentos ao nível da contratação pública;
- Introdução no Estatuto do Deputado de impedimentos no exercício da sua função, e durante um certo período de tempo depois de ela ter terminado;
- Necessidade da aprovação de um código de conduta geral e outros sectoriais para a Função Pública, assim como criação de um sistema para garantir o cumprimento e monitoramento destas normas (sistema de gestão da ética pública);
- Necessidade de se definir com clareza, na legislação, o crime de enriquecimento ilícito, e indicação das práticas com ele relacionados;

- Introduzir o tipo legal do crime de tráfico de influências e corrupção no sector privado. Deverá igualmente ser introduzido aquele tipo de crime para o funcionário público estrangeiro;
- Consagrar de forma mais substancial a protecção dos denunciadores no âmbito dos crimes previstos na lei anticorrupção, e na legislação geral que trata deste tipo legal de crime; e
- Introdução na Lei Anticorrupção da matéria relativa à protecção das testemunhas.

O CIP desempenhou um papel fundamental na alteração e/ou actualização da legislação de combate à corrupção. Por causa da pressão exercida pela sociedade civil, a legislação moçambicana de combate à corrupção melhorou consideravelmente desde 2012, quando o Pacote Legislativo Anticorrupção (PLAC) foi aprovado pela Assembleia da República, compondo as seguintes leis:

- Lei14/2012 de 8 de Fevereiro²² sobre a Estrutura Organizacional do Ministério Público e o Estatuto dos Procuradores, que também define os crimes de branqueamento de capitais, desvio de fundos e bens públicos, tráfico de influências e enriquecimento ilícito.
- Lei15/2012 de 14 de Agosto²³ sobre a Protecção das Vítimas, Testemunhas, Denunciadores e Peritos em Processos Criminais. Este pacote legislativo, no seu artigo 22, prevê a criação de uma Alta Autoridade de Protecção às Vítimas;
- Lei16/2012 de 14 de Agosto²⁴ sobre a Probidade Pública, que destaca a supremacia dos interesses públicos sobre os interesses privados, define o conflito de interesses e proíbe a aceitação, por parte dos titulares de cargos públicos, de prendas, facilidades, etc., que possam perigar a execução independente das suas funções. Também estabelece o dever dos titulares de cargos públicos declararem os seus bens, definindo sanções para os violadores da Lei. Ao abrigo da mesma Lei, é prescrita a criação da Comissão Central de Ética do Sector Público; e
- Em Dezembro de 2014 foi aprovado o novo código penal. Complementando a legislação específica de luta contra a corrupção do PALC, a lei define no seu capítulo II os actos de corrupção activa e passiva, concussão, conluio, branqueamento de capitais, desvio de fundos e bens públicos, enriquecimento ilícito e fraude, como sendo crimes puníveis.

²²<http://www.cconstitucional.org.mz/content/download/1151/6626/file/Lei%20n%2014.2012%20de%208%20de%20Fevereiro%20de%202012.pdf>

²³https://www.caicc.org.mz/conteudos/documentos/LEIS_E_DOCUMENTOS/lei%20de%20protecao%20de%20vitas,%20denunciadores%20e%20testemunhas.pdf
²⁴https://www.caicc.org.mz/conteudos/documentos/LEIS_E_DOCUMENTOS/lei%20de%20protecao%20de%20vitas,%20denunciadores%20e%20testemunhas.pdf
<https://www.dw.com/pt-002/novo-c%3B3digo-penal-de-mo%3%A7ambique-traz-muitas-novidades/a-17790640>

5. O Caso das Dívidas Ocultas

O caso das dívidas ocultas tornado público em 2016 no nosso País após a sua divulgação pela imprensa internacional foi um dos maiores escândalos de que há memória em Moçambique, com avultados prejuízos para o Estado.

Tratou-se de uma fraude que consistiu na solicitação a certas entidades financeiras estrangeiras, no período entre 2012 e 2015, de empréstimos cujo valor ultrapassou mil milhões de Dólares dos Estados Unidos (USD). Com aquele crédito, feito à revelia das instituições moçambicanas (Assembleia da República e Tribunal Administrativo) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com garantia do Estado, o então Governo do Presidente da República Armando Guebuza pretendia criar e apetrechar em Moçambique, as empresas públicas EMATUM, ProIndicus e Mozambique Asset Management (MAM).

As dívidas ocultas, que mergulharam Moçambique numa crise económico-financeira sem precedentes, cujas repercussões prevalecem, foram alvo de várias análises feitas pelo CIP e outras organizações tanto da sociedade civil moçambicana como estrangeiras, que condenaram os mecanismos usados na sua contratação.

A justificação do CIP nas suas críticas às dívidas ocultas incidia em aspectos que incluíam falta de responsabilidade e transparência na gestão de finanças públicas²⁸.

a. “A Gestão política da dívida e o seu impacto nas políticas fiscais e monetária²⁹”

No estudo em alusão, publicado no pilar de Finanças Públicas, o CIP fala de um contexto mais detalhado sobre as ineficiências da gestão da dívida pública afectada pela interferência política. Também fala de como essas acções comprometeram a gestão de finanças públicas e as medidas do Banco Central (Bacen), com consequências significativamente negativas para o povo moçambicano. Entre outros aspectos negativos, o estudo do CIP critica o que considera uma política fiscal orientada para excessivos gastos, num contexto em que o Banco Central impunha medidas restritivas que atrasavam os efeitos das políticas do Bacen.

Entre as principais recomendações do estudo, que influenciaram a aprovação do Decreto n.º 77/2017 de 28 de Dezembro, que aprova os procedimentos relativos



²⁸<https://cipmoz.org/2016/04/08/desastre-da-divida-publica-em-moc%cc%a7ambique-vai-o-governo-continuar-a-pautar-por-falta-de-transpar-e%cc%82ncia/>; <https://cipmoz.org/2016/06/21/a-declarac%cc%a7a%cc%83o-de-imprensa-da-missa%cc%83o-do-fmi-expo%cc%83e-uma-politica-fiscal-do-governo-fora-de-controlo/>; <https://cipmoz.org/2016/06/22/o-impacto-do-servic%cc%a7o-da-divida-oculta-de-moc%cc%a7ambique/>;

²⁹https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/gestao_politica_da_divida.pdf

à emissão e gestão da dívida pública e das garantias do Estado, o CIP faz referência à necessidade de as políticas do Governo enveredarem por um modelo de gestão com base técnica, sem qualquer interferência política, para reduzir as assimetrias de informação nos financiamentos concedidos e na sustentabilidade da dívida pública. Sugeriu a aprovação de um instrumento legal para controlar os gastos com base na capacidade de arrecadação. Falou da relevância de definir os limites dos gastos com pessoal, e da dívida pública. No ano seguinte após a publicação da nota,



foi aprovado o referido Decreto.

Além dos resultados alcançados através da campanha “Eu Não Pago Dívidas” - Nem com Gás”, o CIP deu a sua contribuição para:

- i. Cancelamento da extradição do deputado Manuel Chang para Moçambique³¹;
- ii. Declaração da nulidade das dívidas da EMATUM pelo Conselho Constitucional³²
- iii. Detenção e constituição dos arguidos envolvidos na contratação e gestão das dívidas ocultas³³;
- iv. Declaração da nulidade das dívidas contraídas pelas empresas Proindicus, SA (US\$ 622milhões), e Mozambique Asset Management (MAM, SA-US\$ 535milhões), e das garantias soberanas conferidas pelo Governo em 2013 e 2014, respectivamente, com todas as consequências legais, através do Acórdão n° 7 /CC/2020 de 08 de Maio de 2020³⁴;
- v. o Tribunal Superior da Justiça de Londres (HightCourtofJustice) iniciar, a 26/05/2020, as audiências das partes que respondem no processo das dívidas ocultas, no qual o Estado moçambicano pede a anulação das garantias soberanas emitidas pelo então Ministro das Finanças, Manuel Chang, para viabilizar a dívida da ProIndiclus contratada à Credit Suisse em 2013³⁵.



³¹<https://www.voportugues.com/a/governo-de-mo%C3%A7ambique-perde-recurso-no-caso-chang-/5201494.html>

³²<http://opais.sapo.mz/conselho-constitucional-declara-inconstitucional-divida-da-ematu>

³³<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-pgr-acusa-20-pessoas-no-caso-da-d%C3%ADvidas-ocultas/a-4803151>

³⁴<http://www.cconstitucional.org.mz/eng/content/download/1290/7782/file/Acordao%207.CC.2020.pdf>

³⁵<http://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20200527-cip-pede-justi%C3%A7a-ao-reino-unido-no-julgamento-das-d%C3%ADvidas-ocultase-https://cipmoz.org/2020/05/26/iniciou-julgamento-das-dividas-ocultas-na-inglaterra/>

6. PROGRAMA DE SAÚDE

Funcionamento da Logística de Medicamentos

No nosso País, a saúde é que mais sofre os efeitos da corrupção nas suas variadas formas. O fenómeno da corrupção atinge praticamente todas as áreas sanitárias, particularmente a de medicamentos e artigos médicos que mobiliza parte significativa de recursos internos e internacionais que para lá são canalizados em forma de investimento e/ou apoio.

As pesquisas realizadas pelo CIP na área de medicamentos puseram a descoberto os diferentes casos de corrupção e fragilidades na cadeia logística. A exposição dos escândalos associados ao tráfico de influências²⁶ e má gestão da cadeia logística de medicamentos foram alguns dos motivos que levaram ao encerramento de portas pelo sector da saúde, para impedir o acesso do CIP a entrevistas ou quaisquer meios de comunicação com aquela organização. A rejeição do CIP deveu-se à sua intenção de denunciar, através da publicação de relatórios e entrevistas nos medias (rádios, televisões e redessociais), aspectos relacionados com a má gestão dos recursos financeiros, bem como as irregularidades na sua alocação, ruptura do 'stock' de medicamentos e desvio da aplicação. Após avaliações ao nível do próprio CIP, dos parceiros e instituições do Estado, constatou-se haver necessidade de envolver o Governo nas acções visando melhorar a gestão do bem público.

Uma segunda metodologia de trabalho adoptada pelo CIP permitiu que algumas instituições do Governo, com destaque para o sector da saúde, comessem a abrir-se na comunicação com aquela entidade. Foi na sequência disso, e como resultado da pressão da sociedade civil, que no ano 2018 Nazira Abdula (na altura ministra da Saúde) e a direcção do CIP iniciaram encontros de trabalho. Foi

destacado um grupo focal com a missão de interagir com os pesquisadores do CIP para facilitar o acesso à informação e entrevistas de interesse comum.

Com a publicação de alguns relatórios sobre a logística de medicamentos a nível nacional e provincial²⁷, houve interesse por parte da Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM) de apoiar a participação do CIP no Conselho Técnico do sector. No referido Conselho, o CIP pretendia apresentar a Plataforma Electrónica Utente Repórter, e o Manual sobre Direitos e Deveres do Utente, instrumentos que deveriam ser divulgados entre o pessoal técnico.

Como resultado da pressão feita pelo CIP, a CMAM criou um mecanismo de comunicação com o propósito de facultar informação aos utentes e demais interessados que permitisse o acompanhamento da evolução, no sector da saúde, que estava a registar na implementação do Plano Estratégico Logístico Farmacêutico, assim como outras actividades que concorrem para uma gestão transparente. Por esse e outros motivos, o CIP tem sido um dos convidados de primeira linha, participando activamente nos programas que respondem aos desafios da saúde para uma boa governação e implementação das políticas de desenvolvimento.



²⁶<https://cipmoz.org/2017/11/29/as-redes-de-negocios-milionarios-do-ministerio-da-saude/>

²⁷<https://cipmoz.org/2019/07/19/relatorio-sobre-logistica-de-medicamentos/>

7. PROGRAMA DE ELEIÇÕES

Revogação do Princípio de Impugnação prévia do Contencioso Eleitoral

Desde a introdução do multipartidarismo em Moçambique, os processos eleitorais são caracterizados sobretudo por acusações de fraude dirigidas pela oposição e algumas organizações da sociedade civil contra o partido no poder (Frelimo). Uma das vozes mais críticas é o CIP, que com a cobertura jornalística através do seu Boletim Sobre o Processo Político em Moçambique tem sido um assíduo observador das eleições no País.

Com base no programa de observação eleitoral, o CIP pretende conferir integridade ao processo. Para que esse objectivo seja alcançado, o CIP contribuiu com uma advocacia visando revogar o princípio de impugnação prévia do contencioso eleitoral. O número 1 do artigo 140 da Lei nr. 7/2018, de 03 de Agosto, determina que “as irregularidades no recurso da votação e no apuramento parcial, distrital ou de cidade, podem ser apreciadas em recurso contencioso desde que tenham sido objecto de reclamação ou protesto”. Este artigo consagra o princípio de impugnação prévia no contencioso eleitoral para a eleição dos titulares dos órgãos autárquicos, e encontrava correspondência na legislação que regula a eleição do Presidente da República, deputados da Assembleia da República e membros das Assembleias Provinciais, antes da revisão de 2019.

A reclamação (ou protesto) a que acima se fez referência é dirigida aos órgãos de administração eleitoral, equiparados aos (órgãos) de administração pública (poder executivo). De acordo com o que foi estabelecido pelo legislador, a reclamação do lesado ou interessado deve ser feita com antecedência junto dos órgãos da administração pública (recurso administrativo/gracioso) como condição para um recurso eficaz aos tribunais (recurso contencioso).

O princípio de impugnação prévia que o legislador ordinário colocou no contencioso eleitoral não encontra enquadramento constitucional, o que é uma limitação ao direito constitucional que o cidadão tem de recorrer aos tribunais para impugnar os actos que violem os seus direitos estabelecidos na Constituição e nas demais leis. O princípio de impugnação prévia pode ser interpretado como violação do princípio constitucional de separação e interdependência de poderes do Estado. Com efeito, a prática ou não de um acto junto do poder executivo condiciona a actuação dos tribunais no exercício da sua função jurisdicional constitucionalmente consagrada¹, além de ser uma limitação ao princípio de tutela jurisdicional efectiva dos direitos fundamentais. Na prática, em processos eleitorais quando os interessados julgam ter sido lesados com actos praticados por órgãos de administração eleitoral recorrem aos tribunais para impugnar tais actos. No entanto, de forma recorrente os tribunais não chegam a conhecer os casos, com base na violação do princípio de impugnação prévia dos actos recorridos².

Na opinião do CIP, o princípio de impugnação prévia durante as eleições autárquicas de 2018 era uma barreira para o acesso à justiça, tendo defendido a sua revogação. Em 2019, a Assembleia da República revogou a obrigatoriedade da reclamação como requisito prévio para o contencioso eleitoral, na legislação que regula as eleições do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República, bem como na legislação reguladora das eleições dos membros da Assembleia Provincial e do Governador de Província (artigo 192 e seguintes da Lei nº 2/2019, de 31 de Maio, e artigos 162 da Lei 3/2019, de 31 de Maio). A impugnação prévia deixou de ser condição ‘sine qua non’ para o acesso à justiça eleitoral.

¹ Cfr. Artigos 62, 69, 134 e 212 todos da Constituição da República.

² Cfr. Acórdão nº 14 /CC/2018, de 25 de Outubro, disponível em <http://www.cconstitucional.org.mz/Jurisprudencia/14-CC-2018> [acedido em 28/01/19, às 16h56].

8. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Centro de Integridade Pública – CIP, como todas as outras organizações da sociedade civil, teve nos seus primeiros anos desafios institucionais que se consubstanciavam na inexistência de processos internos adequados aos reptos que a instituição abraçou e na qualidade das suas prestações de contas, cumprimento de prazos e sistematização dos seus processos internos.

Este processo, normal para uma organização recém criada, foi dos mais importantes para a consolidação institucional e alcance dos objectivos institucionais.

O processo interno de funcionamento de uma organização como o CIP, para além de exigir que seja o mais claro, íntegro e transparente está sujeito a várias monitorias internas por parte dos parceiros, para além das constantes auditorias financeiras, que exigem sempre mais e melhores formas de actuação em defesa da missão e visão institucional.

O CIP é hoje um exemplo de gestão e prestação de contas, sendo várias vezes mencionado pelos seus parceiros e outras organizações da Sociedade Civil como um exemplo a seguir no que concerne ao processo de prestação interna e externa de contas. Esta posição institucional, aos olhos dos parceiros e das outras ONGs faz com que as exigências internas sejam acrescidas, gerando mais pressão e responsabilidade institucional.

Assim, o CIP tem como foco as três grandes etapas no âmbito da organização institucional, com o objectivo de possibilitar a definição clara do seu campo de actuação, buscar e consolidar a confiança por parte dos seus parceiros na implementação do seu Plano Estratégico e a fortificação do seu desempenho interno. Desde os primórdios da sua criação, a organização tem vindo a conhecer um crescimento assinalável e seguro nos aspectos ligados à sua organização interna e na forma como se relaciona com o público destinatário das suas actividades. No entanto, existe um reconhecimento da necessidade de melhorar ainda mais os processos conducentes ao fortalecimento da organização no sentido da sua sustentabilidade, métodos de expansão das suas acções e actuação, com a finalidade de tornar a organização mais credível, sustentável e conhecida a nível nacional e internacional.

1. Governação Interna:

- i) O que está sendo feito?
- ii) O que se pretende melhorar no CIP?

2. Clima Organizacional:

- i) Como se caracterizam as relações de Poder.
- ii) O que pensam os colaboradores?
- iii) O que está sendo feito para melhorar, rumo à excelência?

3. Capacidades de alcançar resultados:

- i) Resultados alcançados
- ii) Capacidade de Advocacia
- iii) Reforço institucional

ii. Governação Interna:

ii. O que está sendo feito?

O CIP, devido ao seu papel na sociedade moçambicana e ao facto de ser uma organização que luta para a melhoria da governação a nível nacional tem o dever de liderar internamente pelo exemplo. Contudo, apesar dos constantes relatórios que aprovam a governação interna e os esforços dos membros fundadores e das sucessivas direcções da instituição há sempre desafios institucionais.

Os reptos que se colocam na governação interna do CIP têm a ver com a consolidação, funcionalidade, implementação e cumprimento dos processos estabelecidos no âmbito dos recursos humanos, tais como as políticas de desenvolvimento dos recursos humanos e todos os instrumentos normativos e procedimentais. O CIP privilegia uma planificação e orçamentação participativa e uma tomada de decisões colegial. Ao longo dos 15 anos, o CIP foi melhorando, gradualmente, os circuitos de informação interna e de empoderamento dos seus colaboradores de forma holística e harmoniosa com a sua missão e os seus planos estratégicos e anuais. O CIP possui padrões de gestão interna compatíveis com as boas práticas de gestão internacionalmente aceites, bem como requeridos pelos seus parceiros.

iii. O que se pretende melhorar no CIP?

Para o CIP, cada ano constitui um desafio no sentido de melhorar cada vez mais a sua performance, quer a nível de cada colaborador, bem como dos seus processos de controlo interno. Apesar do CIP estar num patamar aceitável a nível de implementação das suas políticas internas e relacionamento com o exterior, existe espaço para introduzir mais alterações na sua forma de organização e funcionamento, visando alcançar a excelência nos seus processos. O CIP não se fecha a aprendizagem de novas formas de gestão e

nem de potenciar cada vez mais os seus colaboradores com conhecimentos adequados para realizarem o seu trabalho. Assim, ao longo dos 15 anos, os processos internos da organização foram sendo revistos e os seus colaboradores expostos a diversas formações. Mesmo assim, a organização quer melhorar ainda mais a performance dos seus colaboradores para dar uma resposta cabal aos seus deveres e também, operar nas províncias e distritos através de parcerias com organizações locais.

2. Clima Organizacional

O clima organizacional apesar de bom merece a devida atenção do CIP pelo que, o relacionamento interno dos colaboradores da organização, ao longo dos 15 anos, tem estado a consolidar-se rumo ao alcance de níveis satisfatórios, o que se augura a breve trecho tendo em conta os resultados positivos que vão sendo alcançados.

Ao longo destes 15 anos o CIP enfrentou desafios institucionais que chamaram atenção para a necessidade de melhorar ainda mais os processos e procedimentos de governação interna e abrir ainda mais a organização e reforçar a monitoria por parte dos membros fundadores e dos diversos stakeholders que interagem com a organização. Esses desafios institucionais mereceram a devida atenção do CIP no sentido de que foram exploradas e retiradas lições e ilações das causas dos problemas de modo a criar anti-corpos para mitigar a possibilidade de que tais situações não voltem a acontecer. Para alcançar tal desiderato, foi necessário criarem-se espaços de reflexão conjunta, visando aproximar as diversas posições que caracterizam a diversidade de pensamento existente e uma aproximação maior entre a direcção da organização e os colaboradores, fazendo-se a direcção sempre presente no dia-a-dia dos colaboradores com vista a transmitir maior confiança a estes na sustentabilidade que se pretende alcançar.

2i. Como se caracterizam as Relações de Poder

O CIP tem uma equipa de investigadores com várias valências e expostos à sociedade. Esta situação faz com que haja dentro da organização um jogo de egos, expectável e que deve ser gerido pela direcção sempre em defesa da instituição e salvaguardando também o direito dos colaboradores e a relevância e crescimento institucional.

A área programática e a administração e finanças possuem, por força dos manuais internos, autonomia para a prossecução das suas actividades em total respeito às directrizes internas de gestão.

O diálogo, a tomada de decisão participativa e descentralizada fazem parte do dia-a-dia do CIP, para além de que há constantes reuniões ordinárias das áreas de pesquisa, administração e finanças e da direcção, para além de uma reunião mensal geral, devidamente documentadas

2ii. O que pensam os colaboradores

Os colaboradores, dum modo geral, baseando-se nos seus pronunciamentos em eventos dos retiros anuais e dos encontros mensais realizados na organização, consideram estar a cristalizar-se um bom ambiente de trabalho e que há sinais de que este poderá evoluir cada vez mais para a excelência, atendendo a forma como têm sido conduzidos os processos organizacionais internos.

2iii. O que está sendo feito para melhorar, rumo à excelência

O contínuo envolvimento de todos os colaboradores na elaboração dos Planos Estratégicos (PE) e Planos anuais, nos processos de concepção e revisão de políticas, normas e procedimentos internos, a colaboração e partilha de informação e a participação nos processos que culminam com a avaliação dos PE e a realização contínua de avaliação de desempenho individual, constituem pressupostos importantes que vão determinar a excelência no clima organizacional. Embora estas acções estejam a ser levadas a cabo, há a necessidade de cada colaborador apropriar-se, cada vez mais, dos diferentes papéis que lhe cabem de forma a conhecer com profundidade a missão institucional e agir em conformidade. A implementação dos ciclos de aprendizagem, monitoria e avaliação devem, sempre, contribuir para que haja mais enfoque naquilo que é importante e possível fazer no CIP: como fortalecer melhor a equipa para responder aos desafios do presente e do futuro e identificar tais desafios e riscos que podem contribuir para retrocessos nos seus processos e dinâmicas internas.

3. Capacidade de alcançar resultados

A capacidade de alcançar resultados é alinhada com as seguintes acções:

- a) Capacitação dos colaboradores que, representa uma acção contínua;
- b) Melhoria de desempenho dos colaboradores que é uma acção contínua que pressupõe a identificação das necessidades de capacitação e motivação dos colaboradores
- c) Orçamento disponível para as despesas de capacitação dos colaboradores.

Capacitação de colaboradores	Acção contínua	Melhoria do desempenho	- Necessidades de de capacitação identificadas; - Equipa capacitada e motivada	Orçamento disponível
------------------------------	----------------	------------------------	---	----------------------

3i. Resultados alcançados

O âmbito das actividades do CIP, que é o de influenciar políticas públicas para a mudança, não se traduz, muitas vezes, em resultados imediatos. Ao longo dos 15 anos o CIP foi aprimorando a sua capacidade de alcançar e captar resultados através de contínuas formações dos seus colaboradores, da criação da área de Comunicação e o reforço da área de Monitoria e Avaliação e aprendizagem. De momento, o CIP tem elencado os resultados do seu trabalho, mercê da sua capacidade evolutiva no âmbito dos seus recursos humanos.

3ii. Capacidade de Advocacia

A aposta do CIP na implementação do seu Plano Estratégico é de esboçar e implementar esta actividade de modo a que as suas tarefas sejam compreendidas e impactem ao nível do público que se interessa pelo

seu trabalho e o acha como um contributo para o desenvolvimento do país. A ideia é o CIP dismistificar a informação que produz, com exposição nas redes sociais, desde o Facebook, Twitter, Instagram e outras plataformas que facilmente atingem o público alvo.

3.iii Reforço Institucional

O CIP tem pautado por uma avaliação consistente do seu trabalho, por área de actividade para apurar a realização satisfatória ou não, baseada na resposta dos recursos humanos alocados em cada área. Com base nisso e na sequência do resultado obtido, procede com a contratação de colaboradores ou na desvinculação, observando a Lei de Trabalho, daqueles que não acrescentam valor no trabalho e missão da organização, após esforços internos em formar e prover cursos nacionais e internacionais visando elevar a performance dos colaboradores.



9. MONITORIA, AVALIAÇÃO, APRENDIZAGEM E ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

A abordagem sobre Monitoria e Avaliação (M&A) no CIP começa em 2015, quando a direcção, em diálogos com os parceiros, percebe a importância e relevância desta área para o trabalho da instituição.

A partir desta altura a posição de M&A começa a aparecer no organograma da organização, com mandato de apoiar as áreas programática e administrativa no alinhamento dos planos de actividades, definição de objectivos e metas. Com o aval da direcção a M&A passa a monitorar e avaliar o desempenho da organização, de acordo com as normas e padrões para planeamento estratégico e operacional. Passa a fornecer uma linha de visão entre os planos, desde os planos anuais e o estratégico, a produzir relatórios contra indicadores-chave e metas nos planos de alto nível.

No princípio o CIP combinava a abordagem da área com o engajamento de stakeholders e assuntos institucionais. A abordagem era basicamente voltada ao nível de actividades programadas vs realizadas (shopping list), com uma captação tímida de resultados, principalmente do Plano Estratégico (PE) anterior, e ao nível dos seus parceiros de implementação (formações e treinamentos, incluindo o on job training sobre o rastreio da despesa pública).

A monitoria da intervenção do CIP estendia-se para a supervisão dos serviços públicos ao nível das províncias, distritos e governo central. A dificuldade era conseguir ligar as actividades com os impactos que eram gerados. A M&A tinha dificuldades de perceber, por exemplo, como é que apesar do aumento maciço das despesas públicas desde 2013, havia igualmente um aumento significativo dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdades sociais, de forma persistente.

Este facto mostrou que havia uma atenção inadequada para a obtenção e captação de resultados e impactos nas principais áreas prioritárias de intervenção do CIP. Os principais indicadores de desempenho em áreas como educação e saúde geralmente não melhoravam em linha com os aumentos nas despesas públicas. Este cenário indignava a M&A.

A partir de 2018 a experiência forneceu bases para a “abordagem de resultados” em detrimento da “abordagem de actividades”. A mudança de paradigma permitiu abordar as deficiências de integração entre recursos, actividades, outputs, outcomes e impactos.

A M&A começou a focar a sua atenção para a gestão de resultados, como sua primeira prioridade.

O objectivo desta viragem era, basicamente, melhorar a captação de mudanças no ecossistema de actuação do CIP, a todos os níveis, desde o local, meso e macro. A apresentação e alinhamento do planeamento estratégico da organização vinculado aos principais resultados, ligando claramente os recursos, as actividades e os produtos (outputs) aos resultados (outcomes) demonstrados pela mudança e tónica de discursos do governo, a vários níveis, era um sinal de que o CIP estava a ser marcante na agenda pública do país.

A partir de 2019 a capacidade de gestão e monitoria de resultados aumentou, com o reforço de pessoal de M&A. As ferramentas de monitoria melhoraram, a consciência dos colaboradores para focarem na perspectiva de resultados aumentou e, conseqüentemente, a capacidade de reportar impactos também melhorou.

Fazendo uso mais eficiente e eficaz de recursos e ferramentas de M&A e de forma mais sistemática, permitiu identificar indicadores adequados relacionados aos resultados e regularmente fazer medições e monitorá-los. Permitiu a realização de avaliações periódicas do impacto do trabalho da organização, face às tónicas de discursos do governo e dos vários intervenientes relevantes. Usando os resultados de monitoria e avaliação o CIP conseguiu promover a formulação de políticas baseadas em evidências e contribuir para a melhoria contínua dos programas governamentais.

Ao nível interno a M&A contribuiu para o seguimento de uma estrutura lógica que é operacionalizada em avaliações e acompanhamentos. Os acompanhamentos incluem monitorias do campo, relatórios de progresso, monitorias de progresso, monitoria dos resultados e de impacto. As avaliações são feitas para medir os progressos nos seus indicadores, tendo em conta a linha de base. Para além disso, uma avaliação de meio termo (meio do projecto) e de fim do projecto é feita nos projectos específicos com a contratação de consultores externos (nacionais ou estrangeiros). Faz parte das avaliações, a cultura de avaliação de desempenho, com “Acordos de Desempenho” que devem ser assinados, em princípio, em cada início de ano fiscal como referência para a monitoria de desempenho individual. Os acordos

de desempenho é suposto serem celebrados entre o director executivo e o colaborador e que reflectiam os planos operacionais dos seus sectores, alinhados com as metas globais da organização. O objectivo desta prática é institucionalizar a monitoria regular da implementação de avaliação de desempenho, ao mais alto nível, por um lado, e aumentar o foco estratégico em comparação a antiga abordagem focada apenas em actividades. Portanto, a M&A deve captar o progresso em relação aos acordos de desempenho com a implementação efectiva dos planos anuais de actividades. Um dos grandes ganhos desta prática é a integração de planos inter-pilar para os principais resultados transversais.

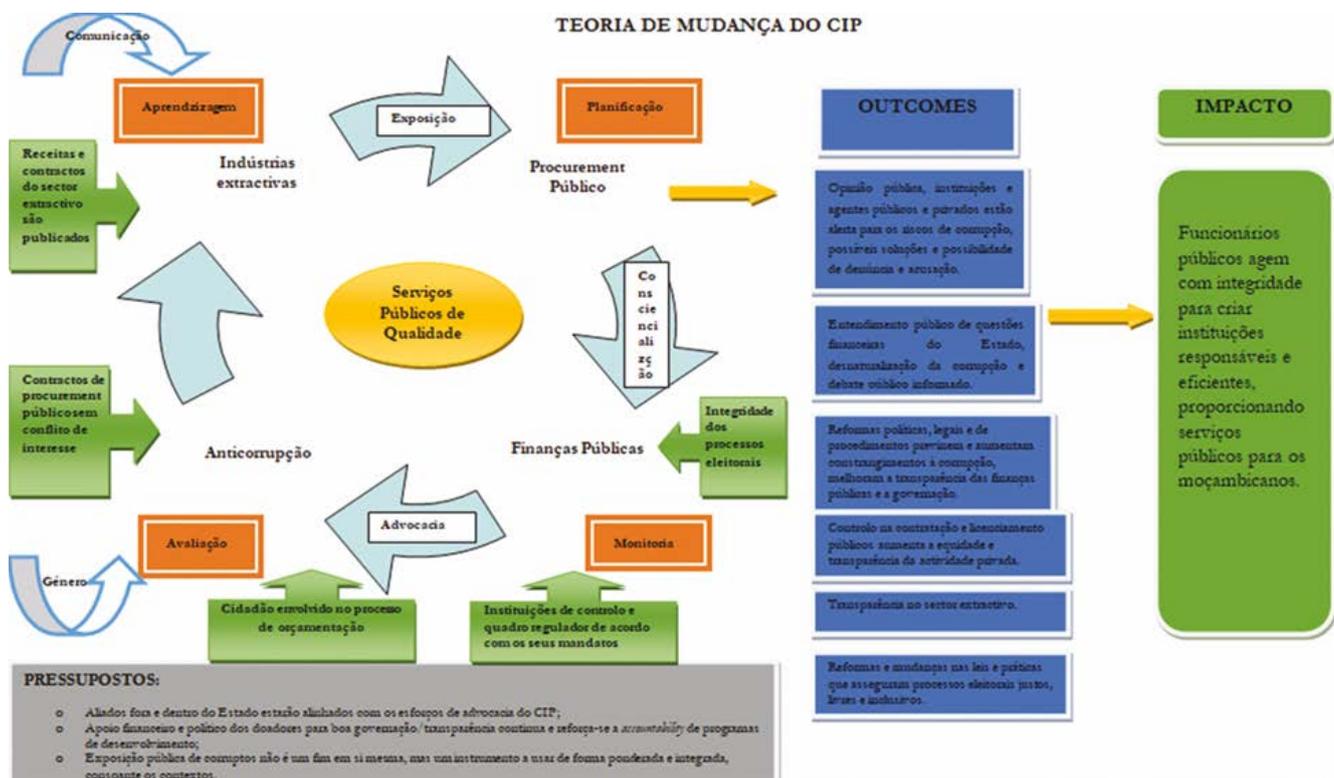
O CIP dá também primazia as secções de aprendizagem, feitas através de fóruns consultivos entre o CIP e os parceiros, encontros de reflexão interna, visitas de troca de experiência e através do inquérito de satisfação dos beneficiários.

Por fim a prestação de contas é feita por meio de relatórios semestrais submetidos aos parceiros, encontros bi-anuais com os parceiros, encontros com instituições do governo, líderes locais, líderes religiosos e beneficiários, bem como através de auditorias externas.

Espera-se que o processo de produção resulte em

um nível mais alto de compreensão dos desafios que os outros pilares enfrentam e como o trabalho dos diferentes sectores afecta um ao outro. Os relatórios trimestrais e semestrais fornecem à direcção uma agenda estratégica de intervenção e garantem que o CIP se concentre regularmente na avaliação do progresso de implementação do seu PE com a realização das principais prioridades da organização. Portanto, a ênfase na medição de resultados está a funcionar como um catalisador para a mudança de formulação e implementação das políticas públicas do país

Actualmente, a área de M&A agrega também a componente de angariação de fundos pois a sustentabilidade financeira é também uma preocupação do CIP. Embora o CIP tenha acordos de financiamento com os seus parceiros do fundo comum, está ciente que as tendências de financiamento acompanham a economia global que desde o ano de 2019 está em queda. A ocorrência da pandemia da COVID-19 é também um factor que pode influenciar na capacidade de desembolso de fundos para a ajuda. Sendo assim, um dos trabalhos que o CIP tem estado a fazer é responder a chamada de propostas para a diversificação dos parceiros de financiamento, para a redução do risco e impacto de retirado dos ja existentes.



10. SENSIBILIDADE DO GÉNERO

Moçambique e o mundo vivenciam um cenário de transformações profundas que afectam directamente o sistema económico e social. As mudanças ocorridas nas últimas décadas modificaram a vida das pessoas e organizações e estabeleceram uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres. Dentre as muitas mudanças que influenciaram directamente o ambiente organizacional, destaca-se a globalização, as mudanças tecnológicas, a diversidade cultural da mão-de-obra, as mudanças nas exigências dos stakeholders, a introdução de modelos de gestão cada vez mais sofisticados, a nova concepção do trabalho e as diferentes expectativas da sociedade.

É neste quadro que o CIP adoptou, em 2013, a Política de Género⁽³⁾, para garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública, quer ao nível interno, quer ao nível da captação de resultados nas suas intervenções. Ao adoptar a política de género o CIP realizou reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos organizacionais, bem como o acesso equitativo em posições de decisão da organização, permitindo que 40% do Conselho de Direcção fosse ocupado por mulheres.

As relações de trabalho ganharam novos significados e complexidades a partir da inserção feminina no espaço organizacional. No decorrer da história do CIP, observa-se que as mulheres conquistaram alguns direitos, mudaram seu modo de pensar e agir, destacando-se como coordenadoras de programas, implementadoras de projectos no nível local, com todos os riscos e desafios que o trabalho de campo impõe.

Pesquisas realizadas pelo CIP, entre 2010 e 2015, fundamentalmente, no contexto do rastreio da despesa pública, mostraram que a força do trabalho feminino está cada vez mais presente na produção económica e, progressivamente, a mulher vem assumindo posição de destaque no mercado de trabalho, mas a discriminação originada pela desigualdade é subjacente mesmo com aplicações das normas implementadas contra essa

forma de segregação. O reflexo cultural e social como factor determinante da acomodação feminina durante gerações e a capacidade criativa do sector empresarial em burlar os preceitos da legislação de protecção à mulher não viabilizaram as mudanças necessárias.

No quadro do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)⁽⁴⁾, vulgo Sete Milhões, o CIP percebeu que às mulheres não era permitido concorrerem, quando tal acontecesse, o valor era gerido pelo homem, chefe de família. Muitas vezes a mulher que assinava o contrato de subvenção se quer sabia como é que o valor era gasto ou gerido (este é um dos cenários que explica o baixo nível de reembolsos deste fundo). Entretanto, este fundo tinha em vista a produção de alimentos e estimular a renda acrescida nos agregados familiares que vivem e trabalham nos distritos, aumentar a produtividade agrícola, promover o empreendedorismo e a monetarização da economia rural, criando assim as bases para geração de mais postos de trabalho (incluindo o auto-emprego), e ainda assegurar a bancarização das micro e pequenas empresas.

A inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho desperta a discussão de questões que envolvem a interacção entre homens e mulheres nesse ecossistema. Apesar do discurso de igualdade de condições e oportunidades, há evidências de que existem desigualdades na participação masculina e feminina no mercado de trabalho, seja em relação aos níveis salariais, à possibilidade de crescimento na carreira ou às oportunidades de exercer determinadas funções. Nesse contexto, a teoria das relações de género auxilia a compreensão dessas questões, bem como a discussão do processo de construção da identidade da mulher na conjuntura organizacional.

Nos últimos anos o CIP tem redobrado os seus esforços nas pesquisas sobre género e as nuances que envolvem a evolução das mulheres nas organizações, em particular e, na sociedade, em geral. O entendimento que se tem é o de que a discussão sobre as relações de género apresenta uma variedade

⁽³⁾ Na Declaração e Fundamentação da “Política de Género” compreende-se que o CIP tem o género como sua área transversal. Nesta área, espera-se que se integrem as normas e valores sobre o género em todas as acções do CIP, de modo a permitir uma maior participação social, económica, política e cultural da mulher no país. Portanto, o CIP acredita na liberdade de indivíduos, no respeito à Lei e nos direitos iguais, independentemente do sexo, raça, cor, filiação partidária e crença religiosa, pelo que trabalhará na promoção da igualdade e equidade de género no seu seio e nos seus programas.

⁽⁴⁾ Em 2005, o Governo de Moçambique (GdM), através da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro de 2005, decidiu alocar fundos de investimentos aos Governos Distritais, em operacionalização da Lei 08/2003 de 19 Maio de 2003, que determina que os distritos são unidades de gestão e execução orçamental. Estes fundos foram providenciados com o objectivo de criar empregos, incluindo auto-emprego, aumento da produção e da riqueza.

de direcções. Apesar de todo o avanço alcançado ainda se percebe a presença da dominação masculina em quase todos os campos das relações sociais e económicas. Embora as abordagens recentes sobre os estudos que contemplam a mulher nas organizações tenham auferido considerável espaço na literatura e meio académico, o tema ainda é predominantemente masculino. A teoria organizacional tem-se caracterizado por uma “literatura escrita por homens, para os homens e sobre os homens”.

É neste contexto que em 2019 foi contratada mais uma consultoria para reforçar o entendimento interno da importância de olhar as questões de género de forma transversal, e compreender essas mudanças a partir de uma perspectiva interna. Só assim será possível contribuir para a produção de um conhecimento crítico, promovendo uma reflexão acerca da evolução da mulher no âmbito organizacional e das relações de género, sob o enfoque das teorias de igualdade de oportunidades, direitos e obrigações.

Todavia, continua desafiador para o CIP representar as estruturas de poder entre homens e mulheres em todas as suas áreas de intervenção. Retratar o equilíbrio de género quando se fala de combate à corrupção pode reproduzir imagens negativas e preconceituosas, afirmando, por exemplo, que o desvio de fundos públicos prejudica um certo número de homens e mulheres. A desigualdade de género na abordagem de tais questões é tão explícita que se anula tornando-se algo inexistente e naturalizado.

Ao nível da gestão das finanças públicas, analisar fundos descentralizados para sectores como educação, saúde, água e saneamento, por exemplo, é possível determinar quantas mulheres e homens seriam beneficiados, incluindo faixas etárias. Sob esta perspectiva, é possível captar as dinâmicas de poder nos processos de planificação e execução de programas e projectos de desenvolvimento comunitário, embasados nos ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável).

O que o CIP precisa aprofundar⁽⁵⁾ é o entendimento de que não existe apenas a desigualdade entre o sexo masculino e feminino, existe também a desigualdade de tratamento dos padrões de comportamento esperados e aceites socialmente por homens e mulheres. Quando seus intérpretes não correspondem aos seus devidos papéis pagam um alto preço por serem diferentes, seja nas atitudes ou na escolha profissional e ocupacional.

É diante dessa relação contraditória que o CIP pode, ora se apresentar como vilão ora como agente social de transformação. Urge a necessidade da ressignificação dos valores masculinos e femininos das relações económicas caminharem juntas em prol da superação das desigualdades e subordinação de género. Dessa maneira, as práticas de sensibilização e advocacy poderiam ser questionadas de um modo novo, possivelmente mais subversivo. Talvez assim o CIP fosse mais capaz de descobrir relações até então não percebidas ou rever processos ‘generalizados’ de produção de sujeitos sociais.



⁽⁵⁾ Nos últimos anos o CIP tem se empenhado no sentido de implementar os conhecimentos adquiridos pelos colaboradores nas diversas capacitações em que participaram. Para complementar estes esforços, o CIP actualizou as suas políticas internas, mormente, Regulamento Interno, Código de Conduta e Manual de Procedimentos. Este processo foi acompanhado pela contratação de uma oficial de género, cujo papel era garantir a implementação da política.

11. JORNALISMO INVESTIGATIVO

Contrabando de Selos de Controlo de Bebidas Alcoólicas

Em abril de 2020 o Centro de Integridade Pública (CIP), recebeu uma denúncia sobre a existência do contrabando de selos de bebidas alcoólicas a nível da cidade de Maputo, dando início a uma investigação que contou com a colaboração da Associação dos produtores e importadores de bebidas alcoólicas (APIBA), e das cervejeiras. Durante a investigação foram adquiridos selos no mercado informal concretamente no mercado estrela localizada na cidade de Maputo a 50 meticais cada. Com a investigação o CIP obteve evidências do contrabando de selos fiscais para controlo de bebidas alcoólicas e tabaco, com o alegado envolvimento de quadros das Alfândegas de Moçambique, que põe em risco a arrecadação de receitas para os cofres de Estado. O país perdeu, em impostos, cerca de 60 milhões de euros por causa do contrabando de selos para o controlo de bebidas alcoólicas. Por causa do contrabando de selos, as requisições dos mesmos nas Alfândegas de Moçambique foram diminuindo: em 2017, venderam-se 44 milhões de selos fiscais. Em 2019, foram apenas 21 milhões.

A 30 de Junho o CIP apresentou o relatório através de uma conferência de imprensa muito concorrida pelos órgãos de informação, após a conferência de imprensa teve lugar um Webinar para se discutir sobre os resultados obtidos na investigação, o webinar contou com a participação dos pesquisadores responsáveis pela investigação, representantes da APIBA, Heineken, Cervejas de Moçambique e com o PCA da OPsec Moçambique a empresa responsável pelo processo de selagem. Há que referir que o órgão público responsável pela implementação da selagem em Moçambique a Autoridade Tributária não participou no webinar e recusou-se a responder a carta que lhe foi endereçada durante a investigação. O Webinar contou com a participação de 250 pessoas, um alcance de 31,000 pessoas nas redes sociais e 2,803

reações nas redes sociais.

A investigação teve resultados plausíveis uma vez que a publicação do CIP foi tema de debate em programas televisivos¹ e foi também divulgado por vários órgãos de informação². Houve um incremento na fiscalização por parte da AT, como resultado da publicação, a nível de todo País tendo apreendido uma mercadoria na província de Tete constituída por 18 220 garrafas de bebidas alcoólicas de fabrico nacional sem o selo de controlo fiscal, aquela mercadoria tivesse sido apreendida o estado teria ficado lesado no valor de 705.114,00 meticais³. Igualmente em Maputo, na fronteira de Ressano Garcia, a AT apreendeu uma mercadoria contendo 1,594 caixas de bebida diversa por falsas declarações e violação da lei de selagem obrigatória⁴. Em Nampula, a AT apreendeu também em um supermercado cerca de 1,097 garrafas cujo o processo de importação não foi apresentado⁵. A Procuradoria Geral da República abriu um processo.



¹ Programa pontos nos iis do dia 30 de Junho, na STV

² <https://www.dw.com/pt-002/contrabando-de-selos-fiscais-lesa-estado-mo%C3%A7ambicano/a-54002988>
<https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/97713-contrabando-e-venda-de-bebidas-sem-selo-lesam-o-estado>
<https://24.sapo.pt/actualidade/artigos/contrabando-de-selos-fiscais-lesa-estado-mocambicano>
https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2020/06/contrabando-de-selos-fiscais-lesa-estado-mo%C3%A7ambicano.html
<https://www.msn.com/pt-pt/noticias/ultimas/contrabando-de-selos-fiscais-lesa-estado-mo%C3%A7ambicano/ar-BB169XeN>
<https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/5511-estudo-denuncia-contrabando-de-selos-de-bebidas-alcoolicas>

³ <https://www.magazineindependente.com/at-desmantela-esquema-de-reutilizacao-de-selos-de-controlo-fiscal/>
<https://www.moz24h.co.mz/post/at-desmantela-esquema-de-reutiliza%C3%A7%C3%A3o-de-selos-de-controlo-fiscal>

⁴ <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/98028-at-frustra-contrabando-de-bebidas-alcoolicas>

⁵ <http://opais.sapo.mz/apreendidas-mais-bebidas-alcoolicas-num-supermercado-em-nampula>

Considerações finais

O Centro de Integridade Pública é organização da sociedade civil, que procura fazer advocacia baseada na evidência, que é construída através de um processo aturado de pesquisa documental e consulta de fontes credíveis. Esta forma de actuação, para além de mitigar eventuais riscos reputacionais, contribui para construção da legitimidade que esta organização granjeia ao nível nacional e internacional.

Nestes 15 anos, os seus jovens pesquisadores analisaram diversos aspectos da vida política, económica, jurídica e social e trouxeram à tona vários aspectos ligados à transparência, integridade, boa governação em Moçambique.

A importância do CIP reside não só no facto de ter sido a primeira organização a mostrar à sociedade, em geral, que ela deve ser informada sobre todos os dossiers ligados a gestão da esfera pública como também de haver influenciado uma época, na forma de estar e fazer política em Moçambique.

Nesta brochura o leitor encontra uma diversidade de opiniões sobre a acção do CIP nestes últimos 15 anos. São opiniões díspares como dispare é, também, a nossa visão do mundo. São diversos pontos de vista que enriquecem e engradecem a actividade dos seus colaboradores e simpatizantes.

Já célebre em Moçambique e em vários quadrantes do mundo, com centenas de publicações, análises e menções em estudos de vária índole, o CIP é uma referência obrigatória no que diz respeito à pesquisa sistematizada e conclusões comprovadas na promoção da transparência nas áreas em que actua tais como anticorrupção, indústria extractiva, procurement público, finanças públicas, eleições, jornalismo investigativo e saúde.

Pode-se afirmar, sem nenhum receio, que é uma organização da sociedade civil incontornável para quem pretende compreender a económica política de Moçambique, e mais concretamente, para a compreensão do fenómeno corrupção nos últimos 15 anos.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos



Suécia
Sverige

